



Informativo eletrônico da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP

ALERTA BIBLIOGRÁFICO

Alerta Bibliográfico

**Informativo eletrônico da Biblioteca
Procuradoria de Informação, Documentação
e Aperfeiçoamento Profissional - PIDAP**

ESAE_{PGE-RS}
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA DE ESTADO
PROFESSOR ALMIRO DO COUTO E SILVA

Alerta Bib	Porto Alegre	n. 226	58 p.	julho 2022
------------	--------------	--------	-------	------------

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

RANOLFO VIEIRA JÚNIOR
Governador do Estado

Procuradoria-Geral do Estado

EDUARDO CUNHA DA COSTA
Procurador-Geral do Estado

Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento Pessoal
Escola Superior de Advocacia de Estado Prof. Almiro do Couto e Silva

ERNESTO JOSÉ TONIOLO
Coordenador/Diretor

Biblioteca

LARISSA TERESA MOTTIN KOCHANOWSKI
LUCIANA KRAMER PEREIRA MÜLLER
MARIA CARLA FERREIRA GARCIA
MATILDA SCHÜTZ MINUZZO
Analista Bibliotecário Jurídico

Alerta Bibliográfico / Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul. –
N. 1 (2007)- . - Porto Alegre : PIDAP/BIBLIOTECA, 2007-
Mensal.

Catlogação na publicação: Biblioteca da PIDAP/PGE-RS

Procuradoria-Geral do Estado do RS
PIDAP/BIBLIOTECA
Av. Borges de Medeiros, 1555 – 16. Andar
90110-901 Porto Alegre/RS
Fone: (51) 32881656
E-mail: biblioteca@pge.rs.gov.br

CATÁLOGO BIBLIOTECA DA PGE

<http://pgepaeph102/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl84.xis&cipar=phl84.cip&lang=por>
(Intranet-PGE-RS)

LIVROS – AQUISIÇÕES

SUMÁRIOS JULHO 2022

LIVRO DIGITAL

[Documento eletrônico] / 9. ed. rev. atual.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Condutas vedadas aos agentes públicos federais em eleições: eleições 2022, orientações aos agentes públicos. 9. ed. rev. atual. Brasília: AGU, 2022. 51 p. Disponível em:

https://www.gov.br/planalto/pt-br/assuntos/etica-publica/legislacao/CartilhaEleicoes2022_AGU.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

[Documento eletrônico]

Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de PNEs. / organizadores: Andréa Poletto Sonza

et al. Bento Gonçalves, RS: IFRS, 2013. 367 p. ISBN 9788577702077. Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/livro-acessibilidade-e-tecnologia-assistiva-pensando-a-inclusao-sociodigital-de-pessoas-com-necessidades-especiais/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

LIVRO IMPRESSO

336.12 / C172d

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas Camargo. Direito financeiro. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2020. 175 p. ISBN 9786557210024.

TRILHAS DA CULTURA

TC78.02 / F287 / Trilhas da Cultura

Fazendo música: o guia para compor, tocar e gravar. / Gorge Martin organizador ; Simon Frith ... [et al.]. Brasília: UNB, 2002. 460 p. ISBN 8523005609.

TC820(73)-34 / A832r / Trilhas da Cultura

ASIMOV, Isaac. Robot dreams. New York: Ace Books, 2004. 335 p. ISBN 9780441011834.

TC869.0(81)-31 / T885i / Trilhas da Cultura

TUBINO, Castro. O infiel. Salto: Schoba, 2016. 138 p. ISBN 9788580134322.

TC929 / I73s / Trilhas da Cultura

ISAACSON, Walter. Steve Jobs: a biografia. São Paulo: Companhia da Letras, 2011. 607 p. ISBN 9788535919714.

MINHA BIBLIOTECA

O acesso aos livros eletrônicos é realizado no **Portal do Usuário** com login (número da identificação funcional – sem o dígito de vínculo) e senha (6 números iniciais do CPF), a partir de qualquer dispositivo (computadores, tablets e smartphones) conectado à Internet, dentro ou fora da rede da PGE-RS.

Acesse a lista completa de novos títulos da M.B. - julho 2022:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Qq1n86uj0ZRE6_MFDcCp6KFxvOHbt-m3/edit?usp=sharing&oid=103858129447028608053&rtpof=true&sd=true

COELHO, Luiz F. Curso de introdução ao direito: em 13 aulas. Santana do Parnaíba: Manole, 2022. 9786555767674. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555767674/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. Nova lei de licitações e contratos administrativos comentada. São Paulo: Saraiva, 2022. 9786553622593. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622593/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

FUX, Luiz. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. 9786559645466. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645466/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

GODOY, Arnaldo Sampaio de M. Direito Tributário. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. 9786559645725. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645725/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

GONÇALVES, Carlos R. Responsabilidade civil. São Paulo: Saraiva, 2022. 9786553620056. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620056/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MACHADO, Costa; AZEVEDO, David Teixeira D. Código Penal interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Santana do Parnaíba: Manole, 2022. 9786555767773. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555767773/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

MARTINS, André C.; RICUPERO, Marcelo Sampaio G. Nova Lei de Recuperação Judicial. Coimbra: Grupo Almedina (Portugal), 2021. 9786586618839. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586618839/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PENIDO, Luiza de A. Direitos humanos nas entrelinhas das crônicas de Carlos Drummond de Andrade. São Paulo: Blucher, 2022. 9786555065671. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555065671/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PESSOA, Erick A. Direito Administrativo. (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. 9786559644803. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644803/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

WEILER, Ana Luísa D.; MENEGON, Carolina; SCHNEIDER, Eliete V.; et al. Direito público e direito privado: reflexões acadêmicas sobre cidadania, democracia e direitos humanos. v.2. Ijuí: Editora Unijuí, 2022. 9786586074994. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786586074994/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

Caso seja solicitado "**Entrar com o One Pass**", será preciso acessar o ProView no link: <https://proview.thomsonreuters.com/library.html?sponsor=PG-1>. Após este acesso, o link dos livros deve funcionar normalmente. Acesso restrito aos membros da PGE-RS.

Aspectos Jurídicos do E-Commerce - Ed. 2022

Autor: Nadia Andreotti Tüchumantel Hackerott

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/257723059/v2>

Capacidade Processual dos Animais - Ed. 2022

Autor: Vicente de Paula Ataíde Jr.

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/290747295/v1>

CLT Comentada - Ed. 2022

Autor: Homero Batista

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/codigos/116124956/v4>

Conteúdo Extra - Capacidade Processual dos Animais - Ed. 2022

Autor: Vicente de Paula Ataíde Jr.

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/291320225/v1>

Conteúdo Extra - Constituição Federal Comentada - Ed. 2022

Autor: Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/293310466/v1>

Conteúdo Extra - Lei de Recuperação de Empresas e Falência - Ed. 2022

Autor: Manoel Justino Bezerra Filho

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/294243772/v1>

Conteúdo Extra - Manual de Processo Administrativo Disciplinar - Ed. 2022

Autor: Manoel Messias de Sousa

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/294633757/v1>

Conteúdo Extra - Processo Civil Brasileiro - Vol. I - Ed. 2022

Autor: Araken de Assis

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/293871633/v1>

Conteúdo Extra - Processo Civil Brasileiro - Vol. II - Ed. 2022

Autor: Araken de Assis

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/293871642/v1>

Conteúdo Extra - Processo Civil Brasileiro - Vol. III - Ed. 2022

Autor: Araken de Assis

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/293871924/v1>

Conteúdo Extra - Processo Civil Brasileiro - Vol. IV - Ed. 2022

Autor: Araken de Assis

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/293871989/v1>

Criminologia - Ed. 2022

Autor: Sérgio Salomão Shecaira

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/94259029/v10>

Direito Econômico e Concorrencial - Ed. 2022

Autor: Vicente Bagnoli

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/126254278/v9>

Direito Eleitoral Digital - Ed. 2022

Autor: Diogo Rais, Daniel Falcão, André Zonaro Giacchetta

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/133438538/v3>

Introdução à Lógica Jurídica - Ed. 2022

Autor: Fábio Ulhoa Coelho

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/166202248/v9>

Manual de Mediação - Ed. 2022

Autor: Antonio Carlos Ozório Nunes

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/110759154/v2>

Manual de Processo Administrativo Disciplinar - Ed. 2022

Autor: Manoel Messias de Sousa

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/294242366/v1>

Manual do Processo Civil - Ed. 2022

Autor: Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/104419858/v6>

Processo Civil Brasileiro - Vol. I - Ed. 2022

Autor: Araken de Assis

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/107537692/v3>

Processo Civil Brasileiro - Vol. II - Ed. 2022

Autor: Araken de Assis

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/109172793/v3>

Processo Civil Brasileiro - Vol. III - Ed. 2022

Autor: Araken de Assis

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/107537709/v3>

Processo Civil Brasileiro - Vol. IV - Ed. 2022

Autor: Araken de Assis

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/107537721/v3>

Resolução do Contrato por inadimplemento - Ed. 2022

Autor: Araken de Assis

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/101559903/v7>

Responsabilidade Civil dos Hospitais - Ed. 2022

Autor: Miguel Kfoury Neto

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/105155050/v5>

Responsabilidade do Produto Tóxico - Ed. 2022

Autor: Ana Paula Atz

Editor: Thomson Reuters Brasil

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/292316918/v1>

Teoria Geral e Princípios do Direito Administrativo - Vol. 1 - Ed. 2022

Autor: Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Wallace Paiva Martins Junior

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/100963075/v3>

Tributação da Economia Digital - Ed. 2022

Autor: Tathiane Piscitelli, Daniela Silveira Lara

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/155933964/v3>

Tutela Inibitória (e Tutela de Remoção do Ilícito) - Ed. 2022

Autor: Luiz Guilherme Marinoni

Editor: Revista dos Tribunais

<https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/101686454/v8>

PERIÓDICOS

SUMÁRIOS JULHO 2022

Fórum Administrativo, n. 191

MACHADO, Anna Paula Matsuoka Pandim Barbosa. Hate speech: o voo de Ícaro da liberdade de expressão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 9-13, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

NASCIMENTO, Cristiano de Jesus Pereira. O sapateiro de Apeles: o STF após 1988. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 14-19, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

MOURA, Emerson Affonso da Costa; MARANHÃO, Juliana Campos. O princípio do devido processo legal e as prerrogativas da administração pública: a garantia do processo administrativo formal e substancial na demissão do servidor público. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 20-30, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

COELHO, Fábio Ulhoa. Exercício de atividade econômica por entidades paraestatais do sistema "S". Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 31-35, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

CRITSINELIS, Marco Falcão. A complexidade sistêmica da judicialização e do ativismo judicial no contexto contemporâneo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 36-54, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

SORBILLI FILHO, Roberto. Regime de trabalho em consórcios públicos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 55-63, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

MUKAI, Toshio. O Supremo Tribunal Federal decide que há prescrição nas ações de reparação ao erário por danos causados por ilícitos civis. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 64-65, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

BARROS FILHO, Wilson Accioli de. A (ir)responsabilidade civil do concessionário de serviço público por animal na pista. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 66-77, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

SANCTIS, Fausto Martin de. Medidas contra a corrupção: a política na era da desconfiança. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 79-81, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso ordinário em mandado de segurança - Concurso público de admissão à carreira de diplomata - Edital CACD 2011 - Candidato aprovado fora do número de vagas ofertado no edital - Pretensão de qualificar exteriorização de consulta, pela autoridade coatora, acerca de viabilidade orçamentária para provimento de mais um cargo como vaga criada durante a validade do certame - Ausência de direito líquido e certo -

Recurso desprovido. STF - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 31.478/DF. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 85-93, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de segurança - Concurso público - Analista de finanças e controle (AFC) - Posterior nomeação de candidatos fora das vagas previstas - Autorização do MPOG - Previsão editalícia de distribuição de vagas por área/campo de atuação - Modificação da proporção na distribuição das vagas excedentes - Princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao edital - Violação - Direito líquido e certo - Ordem concedida. STJ - Mandado de Segurança nº 21.297/DF (2014/0250878-9). Relator: Herman Benjamin. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 94-97, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Processual civil - Servidor público - Critério de preferência na lotação originária - Adoção da ordem de classificação no concurso - Remoção - Preferência dos servidores mais antigos em detrimento dos novatos e dos novos nomeados - Harmonização dos critérios aplicáveis a situações distintas. TRF 1ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 000264898.2009.4.01.4000/PI. Relator: João Luiz de Sousa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 98-101, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Concurso público para provimento de vagas destinadas ao cargo de professor da carreira de ensino básico, técnico e tecnológico do primeiro segmento do ensino fundamental - Candidata portadora de sequelas motoras decorrentes de paralisia cerebral - Compatibilidade com atribuições do cargo - Eventual inaptidão pode ser aferida no estágio probatório - Desprovidimento do recurso. TRF 2ª R - Apelação Cível/Reexame Necessário nº 2014.51.01.122054-2. Relator: Júlio Emílio Abranches Mansur. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 102-106, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Mandado de segurança - Administrativo - Servidora militar. Licença gestante - Direito à prorrogação de que trata o Decreto nº 6.690/08 - Interpretação e aplicação dos princípios da isonomia, da dignidade da pessoa humana e da prioridade e interesse superior do menor. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0002073-50.2009.4.03.6000/MS (2009.60.00.002073-6/MS). Relator: Roberto Jeuken. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 107-108, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Processual civil e administrativo - Embargos de terceiro - Meação da esposa - Ação de improbidade - Execução contra o marido - Decretação de indisponibilidade. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5043791-09.2015.4.04.7000/PR. Relator: Fernando Quadros da Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 109-111, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Apelação - Concurso público - Polícia Rodoviária Federal - Candidato não recomendado em avaliação psicológica - Apresentação de parecer elaborado por especialistas - Impossibilidade de o Judiciário rever os critérios adotados pela banca examinadora - Inexistência de ilegalidade ou de inobservância de normas editalícias - Apelação improvida. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 589855/CE (0007596-86.2012.4.05.8100). Relator: Manoel de Oliveira Erhardt. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 112-113, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 81). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.191, p. 139-140, jan. 2017. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 192

CUNHA, Bruno Santos. A chefia das instituições de Advocacia de Estado. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 9-26, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

PASOLD, Cesar Luiz. A configuração do Direito Portuário Brasileiro: exercício de percepção jurídica e institucional. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 27-42, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

MOURA, Emerson Affonso da Costa. Entre a corrupção e a ineficiência: a implementação do estado gerencial à brasileira com um dos mitos do direito administrativo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 43-48, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Reativação de contrato administrativo: inexistência de regras. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 49-53, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Luciano. Os direitos sociais e o Judiciário: reflexões a favor de um olhar sociológico. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 54-62, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

YANAGUI, Sérgio de Brito. A inconstitucionalidade da restrição em concurso público de candidato investigado. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 63-68, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

VACCARO, Stefania Becattini. A (ir)racional atuação do Poder Judiciário: entre a discricionariedade das políticas públicas e a efetivação dos direitos fundamentais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 69-75, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. O papel da adjudicação como mecanismo social de composição de conflitos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 76-83, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

MUNIZ, Veyzon Campos. Certificado digital: um estudo exploratório. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 84-88, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

MUKAI, Toshio. O Supremo Tribunal Federal decide que há prescrição nas ações de reparação ao erário por danos causados por ilícitos civis. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 89-90, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Mandado de Segurança em face de ato do CNMP - Competência do Conselho, como órgão de controle, para desconstituir ato de vitaliciamento de membro do Ministério Público - Segurança denegada. STF- Mandado de Segurança nº 27.542/DF. Relator: Dias Toffoli. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 93-97, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Direito Penal e Processual Penal - Recurso Especial - Roubo, desacato e resistência - Apelação Criminal - Efeito devolutivo amplo - Supressão de instância - Não ocorrência - Roubo - Princípio da insignificância - Inaplicabilidade - Desclassificação do crime de roubo para o de constrangimento ilegal - Ausência de fundamentação - Súmula 284/STF - Tema não prequestionado - Súmulas 282 e 356 do STF - Desacato - Incompatibilidade do tipo penal com a convenção americana de direitos humanos - Controle de convencionalidade. STJ- Recurso Especial nº 1.640.084/SP (2016/0032106-0). Relator: Ribeiro Dantas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 98-105, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de Segurança - Concurso público - Assistente Social - Apresentação de diploma na data da posse - Perda de prazo por motivo de licença maternidade e doença - Prorrogação - Cabimento - Princípio da razoabilidade e proporcionalidade - Súmula nº 266 STJ - Aplicabilidade - Situação fática consolidada - Sentença mantida. TRF 1ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 0003159-43.2015.4.01.3303/BA. Relator: Souza Prudente. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 106-108, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Apelação Cível - Militar - Processo seletivo simplificado - Cancelamento das vagas previstas - Discricionariedade da administração. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 2016.51.01.022327-1. Relator: José Antônio Neiva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 109-117, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Mandado de Segurança - Ações afirmativas - Lei nº 12.990/2014 - Concurso público - Autodeclaração - Vagas reservadas às pessoas negras e/ou pardas - Desclassificação por comissão formada por doutores em ciências sociais e ativistas de movimentos negros - Critério fenotípico - Previsão editalícia - Princípio da separação de poderes - Legalidade - Eventuais vícios na composição das fotos tiradas da impetrante para fins de avaliação - Ausência de prova pré-constituída. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0002605-57.2015.4.03.6115/SP (2015.61.15.002605-9/SP). Relator: Marli Ferreira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 118-124, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Apelação - Concurso público - Agenda da Polícia Federal - Exame toxicológico positivo para 'codeína' - Justificativa plausível para o uso da substância - Realização de procedimento cirúrgico - Posterior exame negativo - Razoabilidade - Apelo desprovido. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5044183-37.2015.4.04.7100/RS. Relator: Fernando Quadros da Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 125-127, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Recurso do demandante ante sentença que julga improcedente ação de improbidade administrativa, praticada pelo demandado, na condição de prefeito do Município de São José de Espinharas, autorizando a compensação de contribuições previdenciárias com contribuições, destinadas a agentes políticos, que, na sua maioria, não ocorreram. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 588870/PB (0003529-37.2010.4.05.8201). Relator: Cladimir Souza Carvalho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 128-129, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 82). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.192, p. 151, fev. 2017. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 193

LUZ, Daniel. Fazenda pública em juízo: fundamentos para a prerrogativa de prazos diferenciados. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 9-16, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

SILVA FILHO, Derly Barreto e. A presidencialização do poder Legislativo e a parlamentarização do poder Executivo no Brasil. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 17-43, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. A prescrição da pretensão de ressarcimento ao erário por ato de improbidade administrativa e o Tema nº 897, do e. Supremo Tribunal Federal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 45-47, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Servidores de conselhos de fiscalização profissional: demissibilidade. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 49-55, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

VICENTE, Luciano Rosa. A controvérsia sobre a estabilidade dos membros de comissões disciplinares na esfera federal brasileira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 57-68, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Rafael Niebuhr Maia de; EINLOFT, Irma Aurora Libardo. A legalização do nepotismo na administração pública frente à inefetividade da Súmula vinculante nº 13 em relação aos cargos políticos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 69-80, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL, Rebeca Ferreira; PERNAMBUCO, Leandro Oliveira. A relativização da inviolabilidade domiciliar e do direito de propriedade em prol da saúde pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 81-91, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Direito tributário e direito previdenciário - Recurso extraordinário - Lei estadual que eleva as alíquotas da contribuição previdenciária dos servidores - Alegação de inconstitucionalidade - Presença de Repercussão geral. STF - Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 875.958/GO. Relator: Roberto Barroso. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 95-99, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Direito processual civil e administrativo - Ação rescisória interposta dentro do biênio legal - Servidor público federal - Prazos de duração do estágio probatório e da aquisição de estabilidade - Efeitos patrimoniais do mandado de segurança - Temas não pacificados à época da prolação do acórdão rescindendo - É incabível ação rescisória balizada na modificação da interpretação de norma federal - Súmula 343 do STF - Pedido rescisório da união improcedente. STJ - Ação Rescisória nº 4.613/DF (2011/0005352-8). Relator: Napoleão Nunes Maia Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 100-107, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e civil - Apelação cível - Concurso público - Técnico bancário da Caixa Econômica Federal - CEF - Aprovação - Candidata emancipada - Aquisição da plena capacidade civil - Direito à posse - Sentença reformada - Apelação provida. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 2009.39.00.010644-3/PA. Relator: Kassio Nunes Marques. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 108-115, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Direito administrativo - Apelação cível - CPC/1973 - Improbidade administrativa - Servidores do Ministério da Saúde cedidos ao município de Bom Jardim-RJ - Ausência ao serviço - Recebimento dos vencimentos - Ausência de dolo. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 2010.51.05.000819-8. Relatora: Nizete Lobato Carmo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 116-122, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Processo civil - Previdenciário - Mandado de segurança - Reconhecimento de atividade especial - Guarda municipal - Aposentadoria especial - Requisitos preenchidos - Consectários. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0000553-21.2016.4.03.6126/SP (2016.61.26.000553-5/SP). Relatora: Lúcia Ursaia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 123-125, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação civil pública de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal - Violação dos princípios da administração pública prevista no art. 11, caput e inciso I da Lei nº 8.429/92 - Utilização indevida de arma de fogo e veículo pertencentes à administração - Agente e papiloscopista da Polícia Federal - Responsabilidade - Procedência da demanda. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5001682-88.2013.4.04.7213/SC. Relator: Ricardo Teixeira do Valle Pereira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 126-141, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Ação civil pública - Remessa ex officio e apelações proteção de propriedade de valor histórico - Implantação de plano de circulação no entorno do centro histórico da cidade de São Cristóvão/SE, tombado como patrimônio nacional e mundial - Conduta omissiva - Demanda proposta pelo MPF contra a União, o município de São Cristóvão/SE e o IPHAN - Sentença que julgou procedente o pedido, impondo aos demandados a obrigação de fazer, no prazo de 30 dias, sob pena de pagamento de multa - Preliminar de ilegitimidade da união rejeitada - Reconhecimento, de ofício, da ilegitimidade passiva do IPHAN - Manutenção da sentença quanto ao mérito. TRF 5ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 29.839/SE (000674426.2012.4.05.8500). Relator: Manuel Maia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 142-144, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 83). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.193, p. 169-171, mar. 2017. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 194

SILVA, Diógenes Ivo Fernandes de Sousa. A advocacia pública e o controle de juridicidade. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 9-29, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. Revisitando o instituto da desapropriação: uma agenda de temas para reflexão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 30-38, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

MOURA, Emerson Affonso da Costa. As prerrogativas da Fazenda Pública no novo Código de Processo Civil e os limites diante do princípio do devido processo legal administrativo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 39-48, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

ROCHA, Francisco Lobello de Oliveira. Procedimentos autorizatários e silêncio da administração pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 49-56, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

MACHADO, Henrique Pandim Barbosa. Lassale, Hesse e o direito penal internacional. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 57-64, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

NOHARA, Irene Patrícia. Desafios de inovação na administração pública contemporânea: “destruição criadora” ou “inovação destruidora” do direito administrativo?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 65-71, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; MARÇAL, Thaís Boia. A função social e a usucapião dos bens públicos: uma releitura a partir da constitucionalização do ordenamento jurídico. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 72-83, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ações Diretas de Inconstitucionalidade - Julgamento conjunto - Direito Tributário - Conselhos profissionais - Autarquias federais - Contribuição social de interesse profissional - Anuidades - Art. 149 da Constituição da República - Lei complementar - Pertinência temática - Capacidade contributiva - Legalidade tributária - Praticabilidade - Parafiscalidade - Lei federal nº 12.514/2011. STF- Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.762/DF. Relator: Edson Fachin. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 87-98, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Penal e Processo Penal - Recurso Especial - Embargos Infringentes - Nulidade - Não ocorrência - Gerente dos Correios - Recebimento de vantagem indevida - Crime de corrupção passiva - Afastamento da tipicidade - Súmula 7/STJ - Pena-base - Dosimetria - Legalidade - Dias-multa - Revisão - Súmula 7/STJ - Art. 92 do CP - Perda do cargo. STJ- Recurso Especial nº 1.452.935/PE (2014/0108758-0). Relator: Reynaldo Soares da Fonseca. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 99-104, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Procurador da República - Estágio probatório - Vitaliciedade - Prazo de dois anos - Procedimento administrativo específico - Julgamento após o prazo - Vitaliciedade assegurada - Apelação desprovida. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 0028094-55.2012.4.01.3400/DF. Relator: Jamil Rosa de Jesus Oliveira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 105-110, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Reenquadramento - Cargo de vigilante - Reconhecimento administrativo - Termo inicial da condenação - Desnecessidade de dotação orçamentária. TRF 2ª R- Apelação Cível/Reexame Necessário nº 2015.51.01.010897-0. Relator: Aluísio Gonçalves de Castro Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 111-113, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Processo Civil - Previdenciário - Mandado de Segurança - Reconhecimento de atividade especial - Guarda municipal - Aposentadoria especial - Requisitos preenchidos - Consectários. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0000553-21.2016.4.03.6126/SP (2016.61.26.000553-5/SP). Relatora: Lúcia Ursaiá. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 114-116, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Constitucional - Julgamento nos termos do artigo 942 do CPC - Acumulação de cargos públicos de Procurador Federal e Professor (CF, art. 37, XVI, b) - Designação para exercer coordenação de curso - Pretensão de afastamento do cargo de procurador com manutenção da remuneração - Art. 120 da Lei nº 8.112/90 - Descabimento. TRF 4ª R- Apelação Cível/Reexame Necessário nº 5021527-32.2014.4.04.7000/PR. Relatora: Marga Inge Barth Tessler. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 117-119, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e Processual Civil - Concurso público - Técnico em Enfermagem - Sistema de cotas raciais - Autodeclaração - Art. 3º da Lei nº 12.990/14 - Enquadramento da condição de afrodescendente - Permanência do candidato nas vagas de cotista - Honorários de sucumbência - Possibilidade. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 0801938-07.2015.4.05.8500. Relator: Rubens de Mendonça Canuto. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 120-121, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 84). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.194, p. 143-144, abr. 2017. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 195

SANTOS JUNIOR, Adalmo Oliveira dos. A alteração do regime previdenciário dos empregados públicos promovida pela EC nº 20/1998: análise da jurisprudência consolidada e dos direitos (ainda hoje) lesados. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 9-19, maio 2017. ISSN 1984-4107.

DEMO, Alcenir José; BONOMO JÚNIOR, Aylton. O momento do depoimento pessoal do requerido na ação de improbidade administrativa sob a perspectiva da garantia fundamental da ampla defesa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 20-30, maio 2017. ISSN 1984-4107.

GONZAGA, Geovanna Ellen da Silva; FREITAS, Leonardo Buissa. Federalismo brasileiro e as transferências intergovernamentais: a concretização das políticas públicas à luz da superação da dicotomia do mínimo existencial e a reserva do possível. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 31-40, maio 2017. ISSN 1984-4107.

AGUIAR, Guilherme Salgueiro Pacheco de. Honorários sucumbenciais no CPC/2015 e fazenda pública: o importante papel do advogado público no exercício do controle interno da administração. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 41-50, maio 2017. ISSN 1984-4107.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; MARQUES, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug. Opinião legal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 51-59, maio 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Marcelo Henrique Matos; FERREIRA, Gustavo Donizete da Matta. Considerações sobre o prazo de contestação no juizado especial da fazenda pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 60-65, maio 2017. ISSN 1984-4107.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. Os direitos sociais como categoria constitucional. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 66-79, maio 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação direta de inconstitucionalidade - Artigos da Leis Tocantinenses nºs. 1.855/2007 e 1.861/2007 revogados pelas Leis tocantinenses nºs. 1.866/2007 e 1.868/2007 - Reajuste de subsídios de servidores públicos estaduais - Irredutibilidade de vencimentos - Direito adquirido - Arts 5º, inc. XXXVI e 37, inc. XV, da Constituição da República - Ação julgada procedente. STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.013/TO. Relatora: Carmen Lúcia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 83-99, maio 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Constitucional - Remoção a pedido, em virtude de processo seletivo - Art. 36, §único, inciso III, alínea c, Lei 8.112/90 - Proibição de participação dos servidores que respondam a processo administrativo disciplinar - Violação ao princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF/88) - Impossibilidade. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 2009.34.00.042445-5/DF. Relator: Carlos Augusto Pires Brandão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 105-107, maio 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Agravo de instrumento - Servidor público - Regime próprio de previdência social da união - Lei nº 12.618/2012 - Servidor egresso de outro ente federativo - Direito de opção - Possibilidade - Recurso desprovido. TRF 2ª R - Agravo de Instrumento nº 2016.00.00.011531-8. Relator: Aluísio Gonçalves de Castro Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 108-110, maio 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Processual civil e administrativo - Mandado de segurança - Remessa necessária - Concurso público para provimento de cargo de professor da Universidade Federal de São Carlos - Posse de candidato estrangeiro condicionada à apresentação do visto permanente - Razoabilidade - Segurança concedida. TRF 3ª R - Remessa Necessária nº 0002551-96.2012.4.03.6115/SP (2012.61.15.002551-0/SP). Relatora: Noemi Martins. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 111-112, maio 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Responsabilidade civil do estado - União - Reforma de militar - Anterior processo com trânsito em julgado negando o pedido - Inexistência de recurso pela DPU contra a decisão judicial - Teoria da perda de uma chance - Inaplicabilidade ao caso - Danos morais e danos materiais - Inexistência de ato estatal capaz de gerar lesão jurídica. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5000483-

50.2011.4.04.7100/RS. Relator: Ricardo Teixeira do Valle Pereira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 113-116, maio 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Pensão por morte - Servidor pública aposentada - Pessoa designada - Orientação normativa - Cancelamento do benefício - Art. 5º da Lei nº 9.717/98 - Interpretação equivocada - Parcelas atrasadas - Juros de mora e correção monetária - Honorários advocatícios - Apelação provida. TRF 5ª R - Apelação/Remessa Necessária nº 0807139-32.2014.4.05.8300. Relator: Carlos Rebelo Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 117-119, maio 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 85). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.195, p. 141, maio 2017. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 196

SILVA, Caio Fernando Magalhães da. A incorporação da técnica de modulação de efeitos à jurisdição das cortes de contas como instrumento de controle da eficácia das decisões que invalidam providência pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 9-22, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

SILVA, José Lucas dos Santos; VASCONCELOS, Waleska B de C. Dano reflexo nos atos de improbidade que importam em lesão ao erário. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 23-41, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso; TEIXEIRA, Walkyria de Oliveira Rocha. Da pena de censura do código de ética federal: inadequação em relação ao princípio da ilegalidade e do princípio do bis in idem. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 42-48, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

VINCI JÚNIOR, Wilson José. A organização da administração pública indireta brasileira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 66-76, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

ARAÚJO, Thiago Cardoso; MARÇAL, Thaís Boia. Transadministrativismo e compliance. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 77-78, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso Extraordinário com Agravo - 2 - Percepção de provento de aposentadoria cumulado com duas remunerações decorrentes de aprovação em concursos públicos - Anterioridade à EC 20/98 - Acumulação triplíce de remunerações e/ou proventos públicos - Impossibilidade - Precedentes - 3 - Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte - 4 - Recurso extraordinário provido. STF- Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com Agravo nº 848.993/MG. Relator: Gilmar Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 81-86, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Concurso público - Mandado de Segurança pleiteando participação na segunda etapa - Posterior Ação Ordinária buscando nomeação - A denegação da segurança no Mandado de Segurança prejudica a procedência da Ação Ordinária - Excepcionalidade do caso concreto diante da aposentadoria da impetrante. STJ- Mandado de Segurança nº 20.558/DF (2013/0362973-0). Relator: Herman Benjamin. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 87-90, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Apelação Cível - Responsabilidade civil - Preterição em concurso público - Erro da Administração - Desconsideração de exame médico apresentado pelo autor quando aprazado - Nomeação e posse tardias decorrentes de equívoco administrativo - Indenização por danos materiais - Cabimento - Valor da indenização - Redução, à luz dos elementos dos autos - Sentença parcialmente reformada. TRF 1ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 2007.38.03.005710-7/MG. Relator: Jirair Aram Meguerian. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 91-97, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Concurso público para provimento de vagas destinadas ao cargo de Assistente Social da Prefeitura do Município de Mesquita - Limitação de acesso ao cargo público a candidatas do sexo feminino prevista no edital - Ausência de previsão legal - Impossibilidade - Provimento do recurso de Apelação. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 2012.51.01.006938-0. Relator: Aluísio Gonçalves de Castro Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 98-101, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas - Investidura em caráter originário - CNPJ - Nova inscrição - Possibilidade. TRF 3ª R- Apelação Cível/Remessa Necessária nº 0013147-82.2015.4.03.6100/SP (2015.61.00.013147-0/SP). Relator: Marcelo Guerra. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 102-104, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Tributário - Embargos à Execução Fiscal - Contribuições previdenciárias (servidor e patronal) - Servidor público municipal licenciado - Exercício de mandato eletivo federal - Manutenção da filiação obrigatória ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) - Filiação facultativa ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC) - Contribuições vertidas ao regime previdenciário de origem - Leis nº 9.717/98 e 9.506/97. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5031627-66.2016.4.04.7100/RS. Relator: Jorge Antônio Maurique. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 105-109, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil, Constitucional e Administrativo - Embargos Infringentes em Apelação Cível - Acórdão do Tribunal de Contas da União que aplicou penalidade de suspensão por trinta dias a servidor, por impontualidade e baixa produtividade - Legalidade não violada - Não punição de fatos pretéritos, alcançados pela prescrição - Fatos novos de mesma natureza - Possibilidade de majoração, pela autoridade julgadora, da sanção sugerida pela comissão de sindicância - Gravidade do comportamento do servidor - Antecedentes do infrator - Razoabilidade e proporcionalidade da pena respeitadas - Limites do controle jurisdicional em relação ao Processo Administrativo Disciplinar - Provimento do recurso. TRF 5ª R- Embargos Infringentes em Apelação Cível nº 471749/CE (0001908-56.2006.4.05.8100/03). Relator: Élio Siqueira Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 110-115, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 86). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.196, p. 143-144, jun. 2017. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 197

SILVA, Aline Cavalcante dos Reis. Os consórcios empresariais e a Lei Anticorrupção - nº 12.846/2013: solidariedade e possíveis repercussões no processo administrativo de responsabilização - PAR. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 9-18, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Cláudio Brandão de. Movimentos de redução da discricionariedade administrativa. Eficiência, motivação e redução da discricionariedade a zero. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 19-24, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

PINHO, Clóvis Alberto Bertolini de. Reorganizações societárias e os limites da responsabilidade objetiva na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 25-36, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

MOREIRA, Eduardo Ribeiro. A possibilidade de controle judicial das políticas públicas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 37-46, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

SOUZA, Felipe Carvalho Olegário de. Segurança jurídica do pesquisador e as normas construídas a partir da Lei de Ciência, Tecnologia e Inovação. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 47-54, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. O novo tipo de ato de improbidade administrativa previsto no art. 10-A, da Lei Federal nº 8.429, de 1992. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 55-57, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

DINIZ, Maria Helena. Reflexos do princípio constitucional da função social da propriedade na usucapião. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 58-66, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

BATISTA, Nadia Cristina. Princípio da capacidade contributiva e sua aplicabilidade com ênfase nos tributos: imposto e taxa, com liame na política tarifária dos serviços públicos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 67-79, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

FERNANDES, Rafael Laffitte. Acúmulo de cargos na Administração Pública: o controvertido Parecer nº 145/98 da Advocacia-Geral da União à luz da jurisprudência pátria. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 80-86, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. Da repercussão do Novo CPC no processo administrativo federal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 87-91, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

FERNANDES, J U Jacoby. As amarras ao desenvolvimento do Brasil: comentários sobre a burocracia estatal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 93-94, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso Extraordinário - Constitucional e Administrativo - Repercussão geral reconhecida - Tema 838 do Plenário virtual - Tatuagem - Concurso público - Edital - Requisitos para o desempenho de uma função pública - Ausência de previsão em lei formal estadual - Impossibilidade - Ofensa ao art. 37, I, da Constituição da República - Reafirmação da jurisprudência pacífica da corte - Impedimento do provimento de cargo, emprego ou função pública decorrente da existência de tatuagem no corpo do candidato - Requisito ofensivo a direitos fundamentais dos cidadãos - Violação aos princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana, da liberdade de expressão, da proporcionalidade e do livre acesso aos cargos públicos - Inconstitucionalidade da exigência estatal de que a tatuagem esteja dentro de determinado tamanho e parâmetros estéticos - Interpretação dos arts. 5º, I, e 37, I e II, da CRFB/88 - Situações excepcionais - Restrição - As tatuagens que exteriorizam valores excessivamente ofensivos à dignidade dos seres humanos, ao desempenho da função pública pretendida, incitação à violência iminente, ameaças reais ou representem obscenidades impedem o acesso a uma função pública, sem prejuízo do inafastável judicial review - Constitucionalidade - Incompatibilidade com os valores éticos e sociais da função pública a ser desempenhada - Direito comparado - In casu, a exclusão do candidato se deu, exclusivamente, por motivos estéticos - Confirmação da restrição pelo acórdão recorrido - Contrariedade às teses ora delimitadas - Recurso extraordinário a que se dá provimento. STF- Recurso Extraordinário nº 898.450/SP. Relator: Luiz Fux. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 97-116, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Processual Civil - Concurso público - Agente penitenciário - Exame psicotécnico - Subjetividade - Exclusão - Legitimidade passiva - Estado do Espírito Santo - Causa de pedir relacionada à atuação do órgão - Provimento ao Recurso Especial. STJ- Recurso Especial nº 1.425.594/ES (2013/0410676-0). Relatora: Regina Helena Costa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 117-118, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e Constitucional - Mandado de Segurança - Servidor público federal - Remoção - Violência doméstica - Art. 9º, §2º, I, da Lei nº 11.340/06 - Hipótese análoga à prevista no art. 36, III, "b" da Lei nº 8.112/90 - Proteção à família - Art. 226, §8º da CF/88 - Sentença concessiva - Remessa oficial não provida. TRF 1 R- Reexame Necessário nº 0006686-12.2015.4.01.3300/BA. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 119-122, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Concurso público - Cargo de professor adjunto da carreira de magistério superior da Universidade Federal Fluminense-UFF - Etapa de avaliação de currículo - Impossibilidade de atribuição de caráter eliminatório à avaliação de títulos - Artigo 37, inciso II, da Constituição Federal - Princípio constitucional da isonomia - Desprovimento da remessa necessária e do recurso de Apelação. TRF 2ª R- Apelação Cível/Reexame Necessário nº 2016.51.02.016879-7. Relator: Aluísio Gonçalves de Castro Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 123-127, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Constitucional - Licença gestante - Servidora pública nomeada cujo filho nasceu antes da posse - Possibilidade - Princípios da isonomia e proteção integral à família - Interpretação conforme do artigo 227 da Lei nº 8.112/90. TRF 3ª R- Apelação Cível/Reexame Necessário no 0001851-17.2007.4.03.6109/SP. Relatora: Auxílio Louise Filgueiras. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 128-129, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Agravo de Instrumento - Administrativo - Ação Ordinária - Resolução nº 80 do CNJ - Serventias extrajudiciais - Remoção - Extinção da serventia de origem - Permanência na serventia para a qual houve remoção em razão da impossibilidade de retorno - Inexistência de direito. TRF 4ª R- Agravo de Instrumento nº 5055117-77.2016.4.04.0000/PR. Relator: Ricardo Teixeira do Valle Pereira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 130-132, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Apelação - Concurso público - Ação Popular - Professora que integrou a comissão geral originária em concurso público desmembrado em perfis, mas não participou da banca pela qual foi examinado o seu então companheiro - Inexistência de ilegalidade - Voto do relator retificado, acompanhando o voto vista que integra o julgado - Apelação desprovida. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 576826/PB (0002044-34.2012.4.05.8200). Relator: Lázaro Guimarães. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 133-134, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 87). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.197, p. 151, jul. 2017. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 198

OLIVEIRA, Anderson Marcio de. Divisão de riscos nos contratos de arrendamento portuário brasileiros: análise do contrato do terminal de Santarém – STM 05. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 9-17, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. O novo modelo de controle de constitucionalidade na França: a questão prioritária de constitucionalidade (QPC). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 18-39, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. A exclusão de contribuinte da carteira de previdência estadual em decorrência de perda de delegação como tabelião de notas e a necessária reinclusão no momento do retorno ao tabelionato. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 40-43, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

LINO, Guilherme Cardoso Ferreira. O provimento derivado inconstitucional. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 44-49, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso; TEIXEIRA, Walkyria de Oliveira Rocha. Da prescrição do processo administrativo disciplinar e do processo de apuração de falta ética. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 50-60, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

GUERRA, Sérgio. Tecnicidade e regulação estatal no setor de infraestrutura. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 61-71, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

MARRARA, Thiago; MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano. Intervenção direta do Estado na economia por participações minoritárias: formas requisitos e razoabilidade. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 72-85, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Substituição tributária por antecipação do fato gerador - Responsabilidade exclusiva do substituto - Ação penal fiscal só possível quanto à obrigação não cumprida - Impossível no presente caso à falta de responsabilidade tributária da consulente. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 87-95, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Poder Judiciário – Cargos – Deslocamento – Abono de permanência. STF - Mandado de Segurança nº 33.424/DF. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 99-102, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Agravo regimental no Recurso ordinário em mandado de segurança - Concurso público do tribunal de contas do Estado do Rio Grande do Sul - Candidato aprovado nas vagas destinadas aos negros e pardos - Critério da autodeclaração - Previsão editalícia - Vinculação ao instrumento - Agravo regimental desprovido. STJ - Agravo Regimental no Recurso em Mandado de Segurança nº 47.960/RS (2015/0073636-2). Relator: Napoleão Nunes Maia Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 103-108, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Agravo de instrumento - Servidor público - Remoção - Requisitos do art. 36, III, da Lei nº 8.112/90 não preenchidos - Estado de saúde do filho - Necessidade de laudo médico - Estado de risco do menor - Ausência de previsão legal - Agravo desprovido. TRF 1ª R - Agravo de Instrumento nº 0034033-89.2016.4.01.0000/DF. Relator: Jamil Rosa de Jesus Oliveira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 109-112, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Apelação cível - Servidor público - Estágio probatório - Efetivo exercício - Licença para tratamento da própria saúde e licença à gestante - Suspensão do tempo de estágio probatório para promoção e progressão. TRF 2ª R - Apelação Cível/Reexame Necessário nº 2014.51.02.137019-6. Relator: Marcelo Pereira da Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 113-117, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Ação ordinária - Danos morais configurados - Impedimento de ingresso de advogados em estabelecimento militar, para acompanhar clientes acusados de transgressão castrense - Violação aos direitos e prerrogativas profissionais dos advogados - Valor da indenização mantido: razoabilidade - Juros de mora a observarem a Súmula 54, STJ, bem como os indexadores previstos no manual de cálculos da Justiça Federal - Parcial procedência ao pedido - Parcial provimento à apelação fazendária e ao recurso adesivo. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0001861-50.2005.4.03.6103/SP (2005.61.03.001861-3/SP). Relator: Nery Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 118-121, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Processo civil - Honorários de advogado - Art. 85, §19º, do CPC - Inconstitucionalidade. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5002562-69.2016.4.04.7215/SC. Relator: Jorge Antônio Maurique. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 122-129, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Mandado de segurança - Administrativo - Servidor público - Licença para acompanhamento de cônjuge, com exercício provisório - Art. 84, parágrafo 2º, da Lei nº 8.112/90 - Promoção de cônjuge originalmente lotado em unidade da federação diversa - Necessidade de coabitação anterior. TRF 5ª R - Mandado de Segurança nº 08035832220164050000. Relator: Braga Damasceno. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 130-134, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 88). Relator: Braga Damasceno. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.198, p. 155, ago. 2017. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 199

MADUREIRA, Claudio. Ouvidorias de justiça e contenção da litigiosidade no novo processo civil brasileiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 9-20, set. 2017. ISSN 1984-4107.

EL ASSAL, Fêres. O potencial dos Tribunais de Contas para a criação de um diálogo entre os atores sociais que possa vir a resultar na criação de uma política pública humanizadora para o sistema carcerário. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 21-29, set. 2017. ISSN 1984-4107.

MESQUITA, Patrick Bezerra. Ministério Público de Contas brasileiro: ser ou não ser, eis a questão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 30-71, set. 2017. ISSN 1984-4107.

BORGES, Priscila Kelly Fernandes Pedroso. Transparência administrativa e o controle externo dos Tribunais de Contas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 72-76, set. 2017. ISSN 1984-4107.

MEDEIROS, Isabelle Liane Galvão de; NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso; FARIAS, Sergio Ricardo Barroso. Um estudo da sindicância disciplinar como forma de controle pela administração pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 77-85, set. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Cláudio Mariz de. Responsabilidade objetiva no direito penal tributário. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 87-98, set. 2017. ISSN 1984-4107.

GAMA, Carlos Alberto. A prescrição intercorrente no processo administrativo federal: Lei nº 9.873/1999. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 99-102, set. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Conflito de Competência - Competência de conflito entre o Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal de Justiça - Relação jurídica regida pela CLT - Reconhecimento do direito a verbas de decorrência trabalhista - Incumbência do Supremo Tribunal Federal. STF- Conflito de Competência nº 7.950/RN. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 105-110, set. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público federal - Pensão por morte - Filha maior inválida - Cumulação com pensão por morte e aposentadoria oriundas do regime geral de previdência social - Impossibilidade - Alegação de dependência econômica - Reexame de matéria fática - Inviabilidade - Súmula nº 7/STJ. STJ- Recurso Especial nº 1.449.938/RS (2012/0193035-9). Relator: Benedito Gonçalves. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 111-119, set. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de Segurança - Ensino superior - Servidor público estadual - Cargo em comissão - Transferência ex officio - Matrícula compulsória - Ausência de universidade congênera - Possibilidade - Fato consumado. TRF 1ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 0001762-32.2014.4.01.3901/PA. Relator: Souza Prudente. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 120-123, set. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Remessa necessária - Administrativo - Servidora pública aposentada - Cumulação de vencimentos com proventos de cargo de professor exercidos com dedicação exclusiva - Possibilidade - Improvimento. TRF 2ª R- Remessa Ex Officio nº 2016.51.03.119447-8. Relator: Guilherme Calmon Nogueira da Gama. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 124-125, set. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Processo Civil - Administrativo - Agravo de Instrumento em Ação Civil Pública - Tutela de urgência - Concurso público - Ingresso em cargos de Técnico e Analista do INSS - Exigência de exames médicos de colposcopia e citologia oncológica - Desproporcionalidade - Probabilidade do direito - Perigo de dano. TRF 3ª R- Agravo de Instrumento nº 5003547-45.2017.4.03.0000/SP. Relator: Antônio Cedenho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 126-129, set. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de Segurança - OAB - Exercício profissional - Conciliadores - Atuação nos Juizados Especiais - Impedimento - Impossibilidade - Lei nº 9.099/95, art. 7º, § único. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5048769-92.2016.4.04.7000/PR. Relator: Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 130-131, set. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Apelação - Responsabilidade civil - Estado de Alagoas e Universidade Federal de Alagoas - Homicídio praticado nas dependências do campus universitário - Apenado - Cumprimento da pena em regime aberto, em razão de interdição do estabelecimento prisional, por decisão judicial - Omissão estatal - Responsabilidade objetiva - Indenização - Danos morais e materiais - Pensionamento - Possibilidade. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 0801479-84.2014.4.05.8000/AL. Relator: Élio Siqueira Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 132-136, set. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 89). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.199, p. 159, set. 2017. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 200

BARROSO, Luís Roberto. Grandes transformações do direito contemporâneo e o pensamento de Robert Alexy. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 9-17, out. 2017. ISSN 1984-4107.

TORRES, Benedito; CAVALCANTI, Felipe Locke; CHRISTINO, Márcio Sérgio. Um projeto para permitir a livre pactuação das partes no âmbito criminal, aprimorando a eficiência e eficácia da justiça: a adoção do plea bargain. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 18-22, out. 2017. ISSN 1984-4107.

VIEIRA, Danilo Miranda. O princípio da legalidade administrativa como limite ao uso das contratações públicas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável: uma análise à luz da jurisprudência do TCU. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 23-33, out. 2017. ISSN 1984-4107.

LUIZ, Diogo. Raízes do Brasil e Supremo Tribunal Federal: breves notas sobre nepotismo e súmula vinculante. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 34-47, out. 2017. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. O nepotismo e a dificuldade de interpretação da Súmula Vinculante nº 13, do e. Supremo Tribunal Federal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 48-53, out. 2017. ISSN 1984-4107.

MACHADO, Henrique Pandim Barbosa. O processo de contas e a mitigação da Súmula Vinculante nº 3: algumas dificuldades práticas na aplicação do contraditório e da ampla defesa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 54-60, out. 2017. ISSN 1984-4107.

VICENTE, Luciano Rosa. A controvérsia na concessão de aposentadoria voluntária ao servidor que responde a PAD na esfera federal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 61-71, out. 2017. ISSN 1984-4107.

FERREIRA FILHO, Marcílio da Silva. O Procurador do Estado como mediador de conflitos: incompatibilidade ou autonomia da vontade?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 72-79, out. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. [Jurisprudência] Direito constitucional - Ação direta de constitucionalidade - Reserva de vagas para negros em concursos públicos - Constitucionalidade da Lei nº 12.990/2014 - Procedência do pedido. STF - Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 41/DF. Relator: Roberto Barroso. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 83-128, out. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso ordinário em mandado de segurança - Administrativo - Concurso público - Teste de aptidão física - Modificação na ordem de aplicação das provas - Prévia divulgação por edital complementar - Isonomia - Legalidade. STJ - Recurso em Mandado de Segurança nº 36.064/MT (2011/0240227-6). Relator: Sérgio Kukina. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 129-131, out. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Constitucional - Servidor público - Pensão por morte - Companheiro - Igualdade de tratamento às relações homoafetivas - Comprovação da existência da entidade familiar - Art. 226, §3º, da CF/88 - Art. 1.723 do CC - Desnecessidade de designação prévia - Termo inicial - Data do óbito - Art. 215 da Lei nº 8.112/90 na redação então vigente. TRF 1ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 2006.38.00.029708-0/MG. Relatora: Daniele Maranhão Costa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 132-139, out. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Apelação - Administrativo - Concurso público - Militar - Inaptidão do candidato por possuir tatuagem aparente com o uso dos uniformes de serviço - Art. 11-A da Lei 11.279/2006 - Previsão editalícia que extrapola a restrição legal. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 2015.51.01.086607-4. Relator: Ricardo Perlingeiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 140-143, out. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito administrativo - Mandado de segurança - Servidor público - Adicional de insalubridade - Hospital universitário - Nutricionistas - Artigos 68 a 70, Lei nº 8.112/90 - Art. 12, Lei nº 8.270/91 - Necessidade de comprovação de habitualidade e permanência - Laudo pericial - Imprescindibilidade. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0012115-95.2008.4.03.6000/MS. Relatora: Louise Filgueiras. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 144-147, out. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Direito administrativo - Agravo de Instrumento - Ação de improbidade administrativa - Lei de improbidade administrativa - Lei anticorrupção - Microsistema - Acordo de leniência - Vício de competência - Indisponibilidade de bens - Determinada. TRF 4ª R - Agravo de Instrumento nº 5023972-66.2017.4.04.0000/PR. Relatora: Vânia Hack de Almeida. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 148-157, out. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Exigência de exame toxicológico para admissão e desligamento de motorista profissional e para habilitação e renovação de CNH categorias C, D, E - Liberdade de exercício profissional - Limitações impostas por lei ordinária federal - Art. 22, XVI da CF/88 - Risco à coletividade - Possibilidade - Sentença confirmada. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 0808399-94.2016.4.05.8100. Relator: Rogério de Meneses Fialho Moreira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.200, p. 158-161, out. 2017. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 201

SILVA JÚNIOR, Arnaldo. Os limites da responsabilidade administrativa dos agentes públicos nos processos administrativos dos tribunais de contas: a necessidade da individualização de conduta como garantia da ampla defesa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 9-15, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

MARIANO, Cynara Monteiro; FURTADO, Emmanuel Teófilo; CARVALHO, Juliana Pedrosa. A importância do serviço público de educação superior na igualdade de oportunidades. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 16-23, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Os vinte e cinco anos da lei de improbidade administrativa e o estado democrático de direito: uma reflexão sobre os temas de relevância. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 24-30, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

SILVA, José Lucas dos Santos; VASCONCELOS, Waleska B. de C. Dano reflexo nos atos de improbidade que importam lesão ao erário. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 31-49, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

MOURÃO, Licurgo. Neurociência: um novo modelo para políticas anticorrupção?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 50-60, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

MAIA, Renata C. Vieira. As tutelas provisórias de urgência no CPC/2015 e sua repercussão no âmbito dos tribunais de contas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 61-69, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; SOUZA, Fátima Fernandes Rodrigues de; MARTINS, Rogério Gandra da Silva. Resolução nº 15, de 2017, do Senado Federal, suspendendo, nos termos do inciso X do artigo 52 da CF, a eficácia de disposições consideradas inconstitucionais em controle difuso das Leis nºs 8.212/91 e 9.528/97: efeitos da perda de eficácia "ex tunc" de tais dispositivos - parecer. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 71-83, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Teto constitucional – Cumulação de cargos – Alcance. STF - Recurso Extraordinário nº 612.975/MT. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 87-109, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso ordinário - Mandado de segurança - Servidor público - Cargos de professor da educação básica municipal e técnico assistente da Polícia Civil - Segundo cargo com atribuições de natureza meramente administrativa - Acumulação de cargos - Não demonstrada a liquidez e certeza do direito postulado - Impossibilidade - Segurança denegada. STJ - Recurso em Mandado de Segurança nº 54.203/MG (2017/0125726-5). Relator: Herman Benjamin. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 110-112, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Tributário - Apelações - Remessa necessária - Imposto de renda pessoa física - Servidor estadual - Ex- combatente (Marinha do Brasil) - Retenção do tributo pela fonte pagadora estadual - Destinação do tributo para a Fazenda Estadual - Art. 157, I, da CRFB - Legitimidade passiva do estado membro - Competência estadual - Retenção pela fonte pagadora federal - Competência da Justiça Federal - Cegueira - Definição médica - Patologia que abrange tanto a binocular quanto a monocular - Enfermidade que é causa de isenção de imposto de renda. TRF 2ª R - Apelação Cível/Remessa Necessária nº 000354972.2011.4.02.5001 (2011.50.01.003549-1). Relatora: Andréa Cunha Esmeraldo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 115-119, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Responsabilidade civil objetiva - Morte de militar - Litisconsórcio unitário ativo - Possibilidade - Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares) - Inexistência de conflito aparente com o art. 37, §6º, CF/88 - Elementos da responsabilidade civil objetiva - Acidente em serviço - Não comprovação da exceção à caracterização - Promoção post mortem. Indenização por danos materiais e morais - Apelação e remessa necessária não providas. TRF 3ª R - Apelação Cível/Reexame Necessário nº 000546969.2008.4.03.6000/MS. Relator: Nelson dos Santos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 120-128, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação civil pública - Improbidade administrativa - Art. 11 da Lei nº 8.429/92 - Servidor público - Agente administrativo do INSS em licença - Exercício de advocacia contra o INSS - Ofensa aos princípios da administração pública - Manutenção da sentença. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5001243-73.2015.4.04.7127/RS. Relator: Rogério Favreto. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 129-138, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Apelação cível - Administrativo - Ação de improbidade administrativa - Procedência - Pena de perda do cargo - Qualquer cargo público exercido no momento do trânsito em julgado da decisão condenatória - Possibilidade em tese - Inteligência do art. 20 da Lei nº 8.429/92 - Princípio da proporcionalidade - Pena de perda de qualquer cargo público efetivo que se afasta no caso concreto. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 578493/RN (0000195-60.2013.4.05.8404). Relator: Leonardo Carvalho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 139-140, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 91). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.201, p. 163-164, nov. 2017. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 202

MELO, Alessandro Franco de. As limitações impostas à administração pública no exercício do seu poder de polícia administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 9-20, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Improbidade administrativa. Prefeito municipal eleito pelo voto popular. Afastamento cautelar. Necessidade de tumulto à instrução processual. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 21-24, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

REOLON, Jaques F. Regime jurídico dos empregados dos conselhos profissionais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 25-28, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

QUEIROZ, João Eduardo Lopes. Franquia pública: um caminho para a administração pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 29-35, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

URA, Nicole Borges de Carvalho. Justiça social: a responsabilização do Estado no fornecimento do direito à educação. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 36-73, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

SANTOS, Júlio César Souza dos. Poder normativo da Anvisa e política de agrotóxicos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 74-84, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

VIEIRA, Danilo Miranda. O fomento estatal à luz do princípio constitucional da isonomia e a avaliação de impacto regulatório. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 85-94, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. A alegada violação ao art. 42 da LRF e a ausência de ato de improbidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 95-97, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso Extraordinário - Repercussão geral - Ação Direta de Inconstitucionalidade Estadual - Parâmetro de controle - Regime de subsídio - Verba de representação, 13º salário e terço constitucional de férias. STF- Recurso Extraordinário nº 650.898/RS. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 101-124, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Concurso público - Polícia militar - Cargo de odontólogo - Vagas separadas para candidatos do sexo masculino e feminino - Infundada diferenciação na admissão para o serviço público por motivo de sexo - Ilegalidade - Violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade - Nomeação e convocação para participação de curso de formação - Direito líquido e certo. STJ- Agravo Interno no Recurso em Mandado de Segurança nº 50.226/RR (2016/0041147.4). Relator: Francisco Falcão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 125-126, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Concurso público - Cargo de Agente da Polícia Federal - Vagas destinadas aos candidatos negros (preto/pardo) - Eliminação do candidato - Análise da autodeclaração - Impossibilidade - Prevalência do princípio da razoabilidade - Determinação de aferição presencial - Possibilidade - Sentença confirmada. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 0042211-46.2015.4.01.3400/DF. Relator: Souza Prudente. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 127-129, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Apelação - Direito Administrativo - Concurso público - Aproveitamento da data de ingresso no serviço público estadual como data de ingresso no serviço público federal a partir de 18/02/2013 - Art. 3º, I, da Lei nº 12.618/2012 - Impossibilidade. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0076037-74.2015.4.02.5101 (2015.51.01.076037-5). Relator: Poul Erik Dyrlyund. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 130-133, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil - Administrativo - Servidor público - Polícia Federal - Jornada de trabalho - Regime de dedicação integral - Horário especial - Filho com deficiência - Excepcionalidade que justifica o deferimento. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0003589-24.2013.4.03.6111/SP (2013.61.11.003589-2/SP). Relatora: Louise Filgueiras. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 134-136, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de Segurança - Porte de arma de fogo - Concessão - Advogados - Não preenchimento dos requisitos - Art. 10, §1º, I da Lei nº 10.826/03 - Indeferimento. TRF 4 R- Apelação Cível nº 5014337-04.2017.4.04.7100/RS. Relator: Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 137-141, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Ação Civil Pública - Serviço público voluntário prestado por professores aposentados compulsoriamente - UFC - Resolução nº 11/CEPE, de 19/01/2008 - Possibilidade - Ausência de afronta ao art. 40, §1º, da CF/88. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 575953/CE (0009972-16.2010.4.05.8100). Relator: Élio Siqueira Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 142-143, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 92). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.17, n.202, p. 165-166, dez. 2017. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 203

NEVES, Alice Santos Veloso; HEY, Muryel. Processo administrativo digital: maior celeridade e transparência?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 9-15, jan. 2018. ISSN 1984-4107.

RESENDE, Augusto César Leite de. O dever de residência dos membros do Ministério Público: uma análise à luz do princípio da proporcionalidade. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 16-24, jan. 2018. ISSN 1984-4107.

FONSECA, Gustavo Madureira; VASCONCELLOS, Juliana F Barbeito de; ARAÚJO, Thiago Cardoso. O contrato de impacto social (CIS) e a modelagem jurídica para sua implementação: uma inovação na forma de financiamento de políticas públicas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 25-35, jan. 2018. ISSN 1984-4107.

MACHADO, Henrique Pandim Barbosa. A aplicação do teto constitucional aos casos de acumulação remunerada de cargos públicos à luz dos temas 377 e 384 da Repercussão Geral do STF. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 36-41, jan. 2018. ISSN 1984-4107.

RIGOLIN, Ivan Barbosa; COPOLA, Gina. Direito autoral digital à luz da Lei nº 9.610, de 1998: a jurisprudência existente. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 42-48, jan. 2018. ISSN 1984-4107.

POMBO, Rodrigo Goulart de Freitas. Controle de resultados da atividade de fomento pelo Tribunal de Contas da União. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 49-59, jan. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Recurso Extraordinário representativo de controvérsia com repercussão geral - Direito Constitucional - Direito do Trabalho - Terceirização no âmbito da administração pública - Súmula nº 331, IV e V, do TST - Constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93 - Terceirização como mecanismo essencial para a preservação de postos de trabalho e atendimento das demandas dos cidadãos - Histórico científico - Literatura: economia e administração - Inexistência de precarização do trabalho humano - Respeito às escolhas legítimas do legislador - Precedente: ADC 16 - Efeitos vinculantes - Recurso parcialmente conhecido e provido - Fixação de tese para aplicação em casos semelhantes. STF- Recurso Extraordinário nº 760.931/DF. Relatora: Rosa Weber. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 63-150, jan. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Ação ordinária - Concurso público - Cargo de Técnico Judiciário-área administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região - Exame de saúde - Eliminação sob o fundamento de incompatibilidade entre o fato de ter tido anteriormente câncer de mama e o exercício das funções do cargo pretendido - Comprovação da aptidão por meio de perícia judicial e nomeação e posse para o mesmo cargo no TRT da 23ª Região. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 0003299-82.2012.4.01.3400/DF. Relator: Kassio Nunes Marques. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 151-154, jan. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Ação de Improbidade - Acumulação ilícita de quatro cargos públicos - Ato de improbidade configurado - Ressarcimento ao Erário - Pena de multa - Razoabilidade - Recurso do réu improvido - Remessa necessária, recurso do MPF e do Estado do Rio de Janeiro providos em parte. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0000133-16.2013.4.02.5005 (2013.50.05.000133-6). Relator: Alcides Martins. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 155-158, jan. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Servidor público federal - "Abate teto" - Exclusão de vantagens pessoais - Impossibilidade. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0027031-19.1994.4.03.6100/SP (2002.03.99.035546-4/SP). Relator: Maurício Kato. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 159-161, jan. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Empregado - Sociedade de economia mista - Remoção ex officio do local de trabalho - Transferência de dependente para mesmo curso em entidade de ensino superior congênere - Lei nº 9.536/97 - Possibilidade de extensão do conceito de servidor público. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 0804064-91.2014.4.05.8200. Relator: Carlos Rebelo Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 162-163, jan. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 93). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.203, p. 179-181, jan. 2018. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 204

LUIZ, Diogo. O silêncio da Administração Pública frente a pedidos formulados pelo cidadão no marco de um processo administrativo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 9-30, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

NELSON, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso; NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso; TEIXEIRA, Walkyria de Oliveira Rocha. Da efetivação do direito social de greve do servidor público: uma construção normativa por meio do fenômeno do ativismo judicial. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 31-41, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

BESSA NETO, Luis Irapuan Campelo. Prescritibilidade das ações de ressarcimento ao Erário decorrentes de ato de improbidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 42-53, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

SANTOS, Luíza de Lima Cursino dos; CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. A responsabilidade civil do Estado por atos lícitos: análise do caso Varig x União. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 54-71, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

MACHADO, Raphael Boëchat Alves. O controle judicial sobre os atos políticos e administrativos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 72-80, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

GUIMARÃES, Juarez; AMORIM, Ana Paola. A opinião pública democrática e a informação cidadã. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 81-91, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Direito Constitucional e Previdenciário - Servidor público ocupante exclusivamente de cargo em comissão - Não submissão à aposentadoria compulsória prevista no art. 40, §1º, inciso II, da Constituição Federal - Compulsoriedade que se impõe apenas aos servidores efetivos - Nomeação de servidor efetivo aposentado compulsoriamente para exercício de cargo em comissão - Possibilidade - Recurso Extraordinário a que se nega provimento. STF- Recurso Extraordinário nº 786.540/DF. Relator: Dias Toffoli. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 95-109, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Concurso público - Notário - Candidato deficiente - Condição - Comprovação - Deficiência apresentada - Atribuições do cargo - Compatibilidade - Investidura - Requisito. STJ- Recurso em Mandado de Segurança nº 45.477/AP (2014/0097424-0). Relator: Gurgel de Faria. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 110-114, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Apelação Cível - Concurso público para provimento do cargo de Escrivão da Polícia Federal - Designação de nova data para realização da prova de aptidão física - Impossibilidade - Apelação não provida - Sentença que julgou o pedido improcedente mantida. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 2009.34.00.042145-0/DF. Relator: Kassio Nunes Marques. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 115-117, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Apelação Cível - Constitucional e Administrativo - Servidor público - Anulação do processo administrativo de revisão do ato concessivo de aposentadoria - Descabimento - Poder de autotutela da Administração Pública - Ato de natureza complexa - Exercício de atividades insalubres - Aposentadoria especial - Aplicação da legislação previdenciária do RGPS (Lei 8.213/91) - Matéria decidida pelo STF a partir do julgamento do MI 721 - Limites do julgado que não contemplam o direito à conversão do tempo de serviço prestado em condições insalubres/perigosas para comum, nem sua consequente averbação para fins de aposentadoria por idade ou tempo de contribuição - Honorários advocatícios - Demanda proposta na vigência do CPC/73 - Incidência do princípio tempus regit actum - Redução - Honorários recursais - Cabimento - Sentença prolatada na vigência do CPC/15 - Recurso conhecido e parcialmente provido. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0017882-78.2015.4.02.5101 (2015.51.01.017882-0). Relator: Guilherme Calmon Nogueira da Gama. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 118-127, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito Administrativo - Apelação - Mandado de Segurança - Férias de servidor público federal - Autoridade impetrada que não concede a fruição de período adquirido ao argumento de que houve solução de continuidade entre o exercício de cargos públicos distintos no momento em que o impetrante tomou parte de programa de treinamento para ingresso na carreira de auditor - Incabimento - Princípio da segurança jurídica - Interpretação em detrimento do servidor que desborda da exegese do art. 33, VIII, da Lei n. 8.112/90 c/c art. 10, §2º, do Decreto n. 92.360/86 (vigente ao tempo em que o impetrante ingressou na carreira de auditor) - Apelação provida. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0001795-21.2001.4.03.6100/SP (2001.61.00.001795-9SP). Relator: Wilson Zauhy. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 128-131, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas-IRDR - Direito Constitucional e Administrativo - Amici Curiae - Admissão - Perda de objeto - Rejeição - Poder regulamentar - Resolução nº 543/2015 - Conselho Nacional de Trânsito-CINTRAN - Simulador de direção veicular - Aprendizagem - Formação - Condutores de veículos - Legalidade - Adequação - Proporcionalidade - Lei nº 13.281/2016 - Tese jurídica - Fixação. TRF 4ª R- Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 5024326-28.2016.4.04.0000/PR. Relatora: Marga Inge Barth Tessler. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 131-139, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Processual Civil - Ação Civil Pública - Improbidade administrativa - Tomada de Contas Especial em Processamento - Suspensão do processo por 6 (seis) meses - Art. 313, do CPC/2015. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 0000348-87.2013.4.05.8309/PE. Relator: Alexandre Luna Freire. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 140, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 94). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.204, p. 159-160, fev. 2018. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 205

CONCEIÇÃO, Antenógenes et al. Honorários advocatícios e advocacia pública no novo Código de Processo Civil. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 9-26, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

PAULA, Denise Mariano de; GUERRA, Evandro Martins. A função jurisdicional dos tribunais de contas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 27-44, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

FLORIANO, Eduardo de Souza. O novo CPC e a atuação dos procuradores municipais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 45-50, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Improbidade administrativa - Indisponibilidade de bens - Inclusão da multa civil - Ilegalidade. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 51-53, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

FREITAS, Juarez. Ministério Público de Contas: estágio probatório; vitaliciamento; correição funcional, escolha de procurador-geral e autonomia institucional. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 54-66, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

SILVA, Marcelo Rodrigues da. Distinção entre o princípio da proteção da confiança e o princípio da boa-fé. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 67-81, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de segurança - Servidor público - Processo administrativo disciplinar - Penalidade de demissão, com base no art. 132, VI da Lei nº 8.112/90, do cargo de agente executivo da comissão de valores mobiliários CVM (cargo não mais ocupado pelo servidor) - Portaria, ora impugnada, cujo conteúdo foi a demissão do cargo contemporaneamente ocupado pelo impetrante na ANP (Analista Administrativo) - Parecer do MPF pela concessão parcial da ordem - Ordem concedida para determinar a imediata reintegração do impetrante ao cargo de analista administrativo, classe a, padrão III, no quadro de pessoal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. STJ - Mandado de Segurança nº 17.918/DF (2011/0296058-0). Relator: Napoleão Nunes Maia Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 104-109, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Constitucional - Processual civil - Servidor público federal - Procurador do trabalho - Negativa de prestação jurisdicional - Inocorrência - Princípio do duplo grau de jurisdição - Inovação recursal - Impossibilidade - Admissão anterior À Emenda Constitucional nº 41/2003 - Aposentadoria por invalidez decorrente de doença grave - Emenda Constitucional nº 70/2012 - Integralidade e paridade - Proventos com base na remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria - Emenda Constitucional nº 20/1998 - Licença-prêmio - Necessidade de quinquênio ininterrupto - Licença para tratamento de saúde - Período superior a 24 meses - Efetivo exercício - Reconhecimento do direito às férias - Imprescindibilidade. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 0048691-16.2010.4.01.3400. Relator: João Luiz de Sousa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 110-116, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - IBGE - Pedido de equiparação salarial - Reconhecimento na justiça do trabalho - Transposição para o regime estatutário - Pretensão de extensão do benefício no vínculo de natureza jurídico-administrativa - Impossibilidade - Requisitos que não se confundem - Prescrição - Consumação - Ação trabalhista que não possui o condão de interromper o lustro prescricional. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 0025633-97.2007.4.02.5101 (2007.51.01.025633-0). Relator: Ricardo Perlingeiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 117-118, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Apelação - Remessa necessária - Servidora pública - Função comissionada - Licença para tratamento de saúde - Art. 202 Lei nº 8.112/90 - Valores devidos - Juros moratórios e correção monetária. TRF 3ª R - Apelação/Remessa Necessária nº 0012874-88.2010.4.03.6000/MS (2010.60.00.012874-4/MS). Relator: Coutrim Guimarães. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 119-122, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Repercussão geral - Concurso público - Critério de limite de idade - Necessidade de força de lei formal - Ação civil pública - Abrangência territorial - Processo seletivo para o ano de 2017 - Situação consolidada. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5008117-03.2016.4.04.7204/SC. Relator: Rogério Favreto. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 123-127, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Acumulação de cargos/empregos públicos - Vereador e assistente administrativo da EBSEH - Possibilidade - Art. 38, III, da CF/88 - Compatibilidade de horários - Demonstração - Apelação provida. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 0800085-19.2017.4.05.8200. Relator: Rubens de Mendonça Canuto Neto. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 128-129, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 95). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.205, p. 149-150, mar. 2018. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 206

COPOLA, Gina. Improbidade administrativa. Duas questões atuais e relevantes. 1. Ação não recebida por falta de viabilidade do pedido formulado pelo autor. 2. Indeferimento liminar de bloqueio de bens ante a inexistência de argumentos que o fundamentam. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 9-14, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

PRASERES, Julio Mariano Fernandes. Os conceitos de excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos para fins de aplicação do art. 135 do Código Tributário Nacional - CTN. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 15-20, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Márcio Berto Alexandrino de. A inconstitucionalidade da Súmula Vinculante frente ao paradigma do Estado Democrático de Direito. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 21-41, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

CRUZ, Marília Tizzot Borges da. Manutenção das serventias notariais e de registro do Estado do Paraná por força do princípio da segurança jurídica. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 42-55, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

BATISTA, Nadia Cristina. Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado por comportamentos administrativos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 56-66, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Rodrigo Rodrigues Alves de. Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisões do Tribunal de Contas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 67-72, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

VINCI JÚNIOR, Wilson José. O regime jurídico das empresas estatais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 73-84, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; MARQUES, Samantha Ribeiro Meyer-Pflug. Opinião legal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 85-92, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Constitucional - Direitos sociais - Competência para o julgamento da legalidade de greve de servidores públicos celetistas - Justiça comum - Fixação de tese de repercussão geral. STF- Recurso Extraordinário nº 846.854/SP. Relator: Luiz Fux. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 95-115, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo e Processual Civil - Agravo Interno nos Embargos de Divergência em Recurso Especial - Improbidade administrativa - Acórdão embargado que, diante das circunstâncias fáticas da causa, considerou adequadas as sanções impostas na origem - Ausência de divergência entre os julgados confrontados, quanto ao direito federal aplicável - Pretensão de rejuízo do Recurso Especial - Impossibilidade. Agravo Interno improvido. STJ- Agravo Interno nos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 1.573.264/PB (2015/0301115-5). Relatora: Assusete Magalhães. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 116-128, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de Segurança - Servidor público - Compensação de horas não trabalhadas durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol 2014 - Discricionariedade da administração. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 0047553-72.2014.4.01.3400/DF. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 129-130, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Processual Civil - Administrativo - Improbidade administrativa - Atestado médico falso - Artigo 11, I, da Lei nº 8.429/92 - Violação configurada - Penalidades - Perda da função pública limitada ao cargo no qual se realizou a conduta questionada - Multa civil majorada - Provimento parcial. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0137596-03.2013.4.02.5101 (2013.51.01.137596-0). Relator: José Antônio Neiva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 131-134, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito Administrativo - Apelação - Mandado de Segurança - Servidor público do Poder Executivo federal egresso do Poder Judiciário federal - Incorporação de quintos - Aplicação de critério de correlação de funções comissionadas inviável na espécie, ante a redução de vencimentos que ocasionaria - Precedente do c - STJ - Inaplicabilidade dos ofícios circulares SRH/MARE nº 55/96 e 07/97 - Apelação improvida. TRF 3ª R- Apelação Cível/Remessa Necessária nº 0048271-25.1998.4.03.6100/SP (2006.03.99.008584-3/SP). Relator: Wilson Zauhy. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 135-137, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Direito Constitucional e Administrativo - Servidor público - Marítimo - Excesso habitual de horas-extras - Dano existencial - Prejuízo à vida de relação - Indenização - Artigo 37, § 6º, da Constituição Federal - Procedência do pedido. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5006742-24.2012.4.04.7101/RS. Relatora: Vânia Hack de Almeida. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 138-144, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Agravo de Instrumento - Administrativo - Improbidade administrativa - Indisponibilidade de bens - Procurador do município - Responsabilidade por emissão de parecer - Não indicação de indícios concretos. TRF 5ª R- Agravo de Instrumento nº 0806323-16.2017.4.05.0000. Relator: Élio Wanderley de Siqueira Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 145-146, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e Anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 96). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.206, p. 169, abr. 2018. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 207

OLIVEIRA, Vivianne Rodrigues de; SILVA, Katia Knychala. A instituição da arbitragem na administração pública: uma análise do passado e do futuro da arbitragem no Brasil: Lei nº 9.307/96 e Lei nº 13.129/15. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 9-15, maio 2018. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Concurso público - reserva de 20% das vagas para afrodescendentes - princípio da isonomia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 16-18, maio 2018. ISSN 1984-4107.

BELO, Alcindo Antonio Amorim Batista. Descontrole na gestão da coisa pública, o projeto de Lei nº 7.448/2017. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 19-22, maio 2018. ISSN 1984-4107.

NOHARA, Irene Patrícia. Alteração da lei de introdução às normas e a interpretação do direito administrativo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 23-31, maio 2018. ISSN 1984-4107.

REGULES, Luis Eduardo Patrone. A Lei nº 12.527/2011 e as entidades do terceiro setor. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 32-41, maio 2018. ISSN 1984-4107.

RIBEIRO, Juscimar Pinto. Alguns apontamentos na discussão sobre regime jurídico das carreiras de Estado: pontos de aproximação e distanciamento entre prerrogativas e responsabilização dos membros do Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia Pública federal, estadual e municipal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 42-49, maio 2018. ISSN 1984-4107.

FERREIRA, Sérgio de Andrea. Moralidade e probidade administrativas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 50-59, maio 2018. ISSN 1984-4107.

GARCIA, Fernando Couto. Controle judicial das decisões dos tribunais de contas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 60-75, maio 2018. ISSN 1984-4107.

MOTTA, Fabrício. Tribunais de contas: competência em razão da matéria e proibições aos agentes públicos em ano eleitoral - aumento de remuneração: impessoalidade e vedações da lei de responsabilidade fiscal - parecer. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 77-85, maio 2018. ISSN 1984-4107.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. A Lei nº 12.830/2013 e fundamentos de sua constitucionalidade - inteligência dos artigos 144, §4º, e 129 da Constituição Federal e do artigo 2º, §1º, da Lei nº 12.830/2013 - funções distintas do 'parquet' e da polícia judiciária dirigida por delegados - investigação criminal e a competência exclusiva dos delegados para dirigi-la - parecer. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 86-93, maio 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Constitucional - Contratação temporária de servidores (art. 37, IX, CF) - Lei complementar 12/1992 do estado do Mato Grosso - inconstitucionalidade - Modulação de efeitos. STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.662/MT. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 97-107, maio 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil - Administrativo - Agravo interno no recurso ordinário em mandado de segurança - Código de Processo Civil de 2015 - Aplicabilidade - Processo administrativo disciplinar - Auditor fiscal do município de São Paulo - Demissão - Arts. 188, III, e 189, V, VI, VIII, da Lei Municipal nº 8.989/79 - Autonomia em relação ao processo penal - Colaboração premiada - Benefícios - Lei nº 12.850/13 - Taxatividade - Extensão ao processo administrativo disciplinar - Impossibilidade - Princípio da legalidade - Ausência de previsão legal - Confissão da prática ilícita - Manutenção do acusado nos quadros funcionais - Impossibilidade - Princípio da moralidade - Argumentos insuficientes para desconstituir a decisão atacada - Aplicação de multa - Art. 1.021, §4º, do Código de Processo Civil de 2015 - Descabimento. STJ - Agravo Interno no Recurso em Mandado de Segurança nº 48.925/SP (2015/0188479-3). Relatora: Regina Helena Costa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 108-112, maio 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e constitucional - Servidor público aposentado voluntariamente - Superveniência de doença especificada na Lei nº 8.112/90 (art. 186, §1º), após a vigência da Lei nº 10.907/2008, que alterou o art. 190 da Lei nº 8.112/90 - Conversão de aposentadoria com proventos proporcionais em integrais - Impossibilidade - Incapacidade/invalides afastada por junta médica oficial e perícia judicial. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 0018446-49.2011.4.01.3800/MG. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 113-114, maio 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Horário especial - SAOS - Inexistência de prejuízos - Dignidade da pessoa humana - Apelação desprovida. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 0101142-58.2012.4.02.5101 (2012.51.01.101142-7). Relator: Alcides Martins. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 115-116, maio 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Processual civil e administrativo - Servidor público federal - Ação em que se pede recebimento de diárias - Ação em que se pede o recebimento de meias-diárias - Conexão - Ação proposta por sindicato de servidores públicos de âmbito estadual - Ação proposta por entidade sindical da mesma categoria, de caráter nacional - Mesma causa de pedir e objeto - Litispendência - Honorários advocatícios - Apelações não providas. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0010582-87.2011.4.03.6100/SP (2011.61.00.010582-9/SP). Relator: Wilson Zauhy. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 117-119, maio 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação civil pública - Sindicato - Servidor público civil - Aposentado - Prescrição - Limitação territorial - Licença-prêmio não-usufruída - Conversão em pecúnia - Possibilidade - Cômputo em dobro para concessão do abono de permanência - Conversão - Descabimento. TRF 4ª R - Apelação/Remessa Necessária nº 500039033.2010.4.04.7000/PR. Relator: Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 120-127, maio 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Professor estrangeiro - Transposição para o regime estatutário - Emenda constitucional nº 19/98. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 0802647-51.2015.4.05.8400. Relator: Leonardo Carvalho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.207, p. 128-129, maio 2018. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 208

TAVARES, Ernesto Alessandro. A (in)compatibilidade da regra constitucional do concurso público com a nova Lei de Terceirização. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 9-23, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

SANTANA, Jair. Administração Pública e interpretação de normas de Direito Público - a Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018 - blockers e makers (parte 1 – art. 20). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 24-29, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

PANACHUK, Lara Pastorello. Considerações sobre a segurança jurídica nos acordos de leniência. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 30-40, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

RIBEIRO, Manoela Barbosa Machado. As incertezas relacionadas à competência para a celebração de acordos de leniência. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 41-47, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

LELIS, Mariana Nascimento Santana. Entre a legalidade e a discricionariedade: os processos seletivos públicos federais na aplicação da política de cotas raciais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 48-58, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

MACIEL, Moises. Incidente de arguição de inconstitucionalidade no âmbito dos Tribunais de Contas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 59-65, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Mandado de Segurança - Concurso público - Serventias extrajudiciais - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Resolução CNJ 81/2009 - Prova de títulos - Pontuação - Exercício da atividade de notário ou registrador pelo período mínimo de 10 anos - Atividade não privativa de bacharel em Direito - Tentativa de confrontar ato normativo do Conselho Nacional de Justiça - Inviabilidade - Precedentes - Mandado de Segurança a que se nega seguimento. STF- Mandado de Segurança nº 33.527/RJ. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 69-77, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Direito Administrativo - Processual Civil - Recurso em Mandado de Segurança - Processo Administrativo Disciplinar - Princípio da retroatividade da lei mais benéfica ao acusado - Aplicabilidade - Efeitos patrimoniais - Período anterior à impetração - Impossibilidade - Súmulas 269 e 271 do STF - Código de Processo Civil de 1973 - Aplicabilidade. STJ- Recurso em Mandado de Segurança nº 37.031/SP (2012/0016741-5). Relatora: Regina Helena Costa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 78-80, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Mandado de Segurança - Concurso público para provimento de cargo de Policial Rodoviário Federal - Exigência de aprovação em exame de motorista - Legalidade - Precedentes. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 1999.38.00.008327-8/MG. Relator: Leonardo Augusto de Almeida Aguiar. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 81-87, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação Civil Pública - Exame de comprovação de habilidade musical - Seleção pública visando o preenchimento de cargos públicos militares temporários - Priorização de candidatos militares da ativa em detrimento dos candidatos civis e reservistas - Violação de princípios constitucionais - Dano moral coletivo inexistente. TRF 2ª R- Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0016569-29.2008.4.02.5101 (2008.51.01.0165569-9). Relator: Marcelo Pereira da Silva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 88-89, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Apelação Cível - Ação Civil Pública - Convivência do estado laico com símbolos religiosos - Possibilidade - Recurso desprovido. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0017604-70.2009.4.03.6100/SP (2009.61.00.017604-0/SP). Relator: Marcelo Saraiva. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 90-93, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação Civil Pública de improbidade administrativa - Publicidade dos atos da Administração - Inexistência da Prática de atos de improbidade administrativa quando do uso da TV Educativa do Paraná. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5048002-93.2012.4.04.7000/PR. Relator: Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 94-109, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Remoção provisória por motivo de saúde da sogra - Possibilidade - Necessidade de comprovação dos requisitos do art. 36, III, "b", da Lei nº 8.112/90 - Anulação da sentença que julgou antecipadamente a lide - Recurso adesivo - Benefício da justiça gratuita - Elemento que evidencia a falta de pressupostos legais - Existência - Intimação do beneficiário para comprovar o preenchimento dos pressupostos - Necessidade. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 0800576-31.2014.4.05.8200. Relator: Fernando Braga Damasceno. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 110-115, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 97). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.208, p. 139-140, jun. 2018. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 209

PARZIALE, Aniello dos Reis. A aquisição de bens usados pela administração pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 9-14, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

CASTRO, Cássio Benvenuti de. Os critérios para identificar pretensões imprescritíveis. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 15-35, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

SILVA, Cristiane Campos de Figueiredo. Da incidência de princípios do direito penal sobre o poder disciplinar da administração pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 36-50, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

DOTTI, Marinês Restelatto. Improbidade administrativa à luz da jurisprudência dos tribunais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 51-74, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

RAMIRES, Rosana Laura de Castro Farias. O poder nomogenético dos tribunais de contas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 75-86, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

BARROS FILHO, Wilson Accioli de. O estado de necessidade administrativa e o controle de legalidade na administração pública: desafios operacionais em um país de dimensões continentais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 87-100, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Lei complementar nº 223/2014 do Estado de Roraima - Autonomia administrativa e orçamentária da polícia civil - Afronta ao sentido do art. 144, §6º, da CF - Delegado-Geral - Equiparação com o status dos secretários de estado - Possibilidade, exceto quanto à atribuição de prerrogativa de foro - Ausência de simetria - Inconstitucionalidade parcial. STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.103/RR. Relator: Alexandre de Moraes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 103-111, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso especial - Porte de arma de fogo - Guarda municipal - Horário de expediente e fora dele - Art. 6º, IV, da Lei nº 10.826/2003 - Município com população entre 50.000 e 500.000 habitantes - Impossibilidade. STJ - Recurso Especial nº 1.688.262/RS (2017/0197229-9). Relator: Jorge Mussi. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 112-114, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Concurso público - Técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - Anulação do ato de nomeação - Prévia demissão em cargo público estadual - Cometimento de crimes contra a administração pública e improbidade administrativa - Inabilitação definitiva ou absoluta - Impedimento de retorno/ingresso no serviço público federal - Art. 132, I e IV c/c art. 137, parágrafo único, da Lei nº 8.112/90. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 0008734-03.2014.4.01.4100/RO. Relator: Souza Prudente. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 115-116, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação ordinária - Concurso público - Modificação do edital após a homologação do certame - Improvimento. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 0132627-08.2014.4.02.5101 (2014.51.01.132627-7). Relator: José Eduardo Nobre Matta. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 117-119, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e administrativo - Ação civil pública - Competência da Justiça Federal - Implantação do portal da transparência - Defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa - Legitimidade ativa do Ministério Público Federal - Competência da Justiça Federal - Nulidade da r. sentença. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0006715-22.2016.4.03.6000/MS (2016.60.00.006715-0/MS). Relatora: Mônica Nobre. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 120-121, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Associação dos juizes federais de Santa Catarina - Trabalho extraordinário - Plantão - Competência - Remuneração - Compensação - Resoluções nos 70/09 e 232/13 do Conselho da Justiça Federal - Inaplicabilidade subsidiária da Lei nº 8.112/90. TRF 4ª R - Apelação/Remessa Necessária nº 502622393.2014.4.04.7200/SC. Relator: Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 122-136, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Direito administrativo - Improbidade administrativa - Prova obtida por meios ilícitos - Inexistência - Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Regime de dedicação exclusiva - Indevida cumulação com atividade remunerada na iniciativa privada, primeiro na condição de prestador de serviços e depois como sócio-quotista de empresa de consultoria - Ato atentatório aos princípios da Administração - Art. 11 da Lei nº 8.429/92 - Sanções ajustadas à proporcionalidade - Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário - Recursos improvidos. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 581886/RN (0000021-23.2014.4.05.8402). Relator: Frederico Wildson da Silva Dantas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 137-141, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 98). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.209, p. 161, jul. 2018. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 210

BRAGA, Cristina Alves da Silva; NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. Administração pública e a questão da terceirização. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 9-23, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Ex-Prefeito. Ofício para restituição de valores pagos em decorrência de convênio. Necessidade de processo administrativo. Devido processo legal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 24-26, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

ROBERTO, Luiz Fernando. Custos administrativos e os sinais da má qualidade da moldura regulatória dos planos coletivos de saúde. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 27-34, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

BATISTA, Nadia Cristina. Deveres e poderes da Administração Pública no ordenamento jurídico brasileiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 35-50, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

MADEIRA, José Maria Pinheiro; TAVARES, Sérgio Luís. Acumulação de cargos, empregos e funções públicos à luz das mais recentes e conflitantes decisões dos nossos tribunais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 51-79, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

MOTTA, Fabrício Macedo. Empresa pública municipal. Transformação de empregos públicos em cargos públicos. Aposentadoria. Ausência de direito adquirido. Parecer. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 80-92, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Agravo Interno em Mandado de Segurança - Direito Constitucional e Administrativo - Tribunal Regional Federal - Promoção de magistrados de carreira - Antiguidade - Idade superior a sessenta e cinco anos - Artigos 93 e 107 da Constituição da República - Interpretação lógico-sistemática da Constituição - Princípio da unidade da Lei Fundamental - Garantia de progressão na carreira - Limite etário - Aplicabilidade restrita, apenas, aos membros oriundos do quinto constitucional - Segurança concedida - Agravo Interno desprovido. STF- Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 33.939/DF. Relator: Luiz Fux. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 95-103, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança - Policiais Cíveis - Entrega de funções de confiança - Direito subjetivo dos servidores - Ausência de discricionariedade da Administração - Ausência de ato administrativo a justificar a impossibilidade de implementação imediata do pedido formulado - Direito líquido e certo demonstrado - Recurso em Mandado de Segurança a que se dá provimento para determinar a publicação do decreto de dispensa das funções de confiança em relação aos substituídos, conforme termo de entrega de chefia anexado às fls. 53/799. STJ- Recurso em Mandado de Segurança nº 56.753/DF (2018/0045008-0). Relator: Napoleão Nunes Maia Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 104-107, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Incompatibilidade de cargos - Arts. 8º, V, 11, IV e 28, V da Lei nº 8.906/1994 - Atividade de polícia - Impossibilidade - Acórdão proferido pela corte a quo em confronto com a jurisprudência desta corte. STJ- Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.688.947/PE (2017/0185879-1). Relator: Francisco Falcão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 114-116, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Pedido de Uniformização de Jurisprudência - Adicional de insalubridade - Reconhecimento pela Administração - Retroação dos efeitos do laudo - Impossibilidade - Precedentes do STJ - Incidente provido. STJ- Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei nº 413/RS (2017/0247012-2). Relator: Benedito Gonçalves. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 117-118, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Servidor público - Regime de previdência complementar no âmbito federal - Lei nº 12.618/2012 - Servidores egressos de outros entes federativos. TRF 1ª R- Agravo de Instrumento nº 0015785-41.2017.4.01.0000/DF. Relator: Carlos Augusto Pires Brandão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 119-121, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público federal - Policiais Rodoviários Federais - Recebimento de subsídio - Auxílio-transporte - Impossibilidade a partir da implantação da remuneração por subsídio - Precedentes. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 0011164-20.2016.4.01.3400/DF. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 122-125, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Apelação Cível - Administrativo - Colégio militar - Militar reformado por incapacidade definitiva para o serviço militar - Direito à matrícula de dependente - Possibilidade - Sentença confirmada. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0187015-47.2017.4.02.5102 (2017.51.02.187015-7). Relator: Ricardo Perlingeiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 126-128, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Processual Civil - Preliminar de inadequação da via eleita rejeitada - Ação Civil Pública - Cidadania - Acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais ao edifício da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em São Carlos/SP - Previsão constitucional - Leis 7.853/89, 10.048/00 e 10.098/00, Decretos 3.298/99 e 5.296/04 - Mudança de sede ou obras de adaptação e construção - Prazo para conclusão - Astreintes. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0003507-73.2016.4.03.6115/SP (2016.61.15.003507-7/SP). Relatora: Mônica Nobre. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 129-131, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Agravo de Instrumento - Direito Administrativo e Processual Civil - Concurso - Serviços notariais e registrais - CNJ - Controle administrativo - Regras do edital - Título - Pontuação - Data de aquisição - Antecipação da tutela - Deferimento. TRF 4ª R- Agravo de Instrumento nº 5055643-10.2017.4.04.0000/PR. Relatora: Marga Inge Barth Tessler. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 133-136, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Processo seletivo para professor substituto - Candidato com diploma de doutorado pendente de expedição - Conclusão do curso em data anterior à exigência editalícia para entrega do título - Comprovação através de ata de defesa de doutorado e certidão de conclusão de doutorado - Possibilidade - Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade - Apelação e Remessa Oficial improvidas. TRF 5ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 0812884-06.2017.4.05.8100. Relator: Rogério de Meneses Fialho Moreira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 137-138, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 99). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.210, p. 159, ago. 2018. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 211

SOUZA, Felipe Carvalho Olegário de. Segurança jurídica do pesquisador e as normas construídas a partir da lei de ciência, tecnologia e inovação. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 9-16, set. 2018. ISSN 1984-4107.

CARREIRO, Genilson Rodrigues. Prisão cautelar de servidor estatutário e seus reflexos remuneratórios: incoerência jurisprudencial e seletividade dos direitos fundamentais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 17-28, set. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Márcio Berto Alexandrino de. A inadmissibilidade da responsabilização objetiva do agente público na aplicação da lei de improbidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 29-38, set. 2018. ISSN 1984-4107.

MACIEL, Moises. Bom governo corporativo: o compliance como soft law ou hard law. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 39-46, set. 2018. ISSN 1984-4107.

BATISTA, Nadia Cristina. Acesso à justiça por meio de mecanismos autocompositivos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 47-57, set. 2018. ISSN 1984-4107.

DALL'AGNOL, Philippe; OLIVEIRA, Daniel Garcia de. Revisão judicial, decoro parlamentar e as novas tendências democráticas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 58-66, set. 2018. ISSN 1984-4107.

NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. Da atividade econômica do Estado segundo as prescrições da Constituição Federal de 1988. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 67-77, set. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Responsabilidade civil - Serviço público - Furto - Posto de pesagem - Veículo. STF - Recurso Extraordinário nº 598.356/SP. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 81-84, set. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Servidores públicos estaduais de Santa Catarina - Regime jurídico próprio - Licença à gestante - Contagem para efeitos de estágio probatório e aquisição da estabilidade - Impossibilidade. STJ - Recurso em Mandado de Segurança nº 48.388/SC (2015/0122451-5). Relator: Napoleão Nunes Maia Filho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 85-92, set. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Constitucional - Servidor público - Gozo de férias - Acúmulo superior a dois períodos - Possibilidade - Exegese do art. 77 da Lei nº 8.112/90 - Interesse da administração preservado - Apelação provida em parte. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 0019799-63.2011.4.01.3400/DF. Relator: Emmanuel Mascena de Medeiros. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 93-95, set. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Tributário - Remessa necessária e apelação - Desconto na remuneração referente à contribuição ao programa de seguridade social do servidor sobre o terço constitucional de férias - Impossibilidade. Art. 28, §9º, Lei nº 8.212/91 - Incidência do imposto de renda sobre o terço constitucional de férias - Impossibilidade, desde que referente às férias indenizadas - Remessa necessária e apelação desprovidas. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 0008850-88.2011.4.02.5101 (2011.51.01.008850-3). Relator: Marcus Abraham. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 96-98, set. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Apelação em mandado de segurança - Preliminar de ausência de fundamentação afastada - Processo administrativo disciplinar - Mérito administrativo - Discricionariedade - Evolução patrimonial incompatível com rendimentos de servidor - Transferência de sigilo fiscal entre entes da administração fiscal - Arbitrariedade não configurada. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0005690-62.2016.4.03.6100/SP (2016.61.00.005690-7/SP). Relator: Valdeci dos Santos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 99-101, set. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Agravo de instrumento - Ação civil pública por improbidade administrativa - Operação Pauster - "Fraude do Leite" - Recebimento da inicial - Presença de elemento subjetivo - Necessidade de instrução processual - Servidor temporário - Prescrição - Inocorrência - Interesse de ente federal - Atribuição do Ministério Público Federal e competência da Justiça Federal - Pedido de condenação dos réus por danos morais coletivos - Possibilidade. TRF 4ª R - Agravo de Instrumento nº 5009267-29.2018.4.04.0000/RS. Relator: Vânia Hack de Almeida. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 102-120, set. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Cumulação de pensão especial de ex-governador com subsídio de senador - Teto remuneratório constitucional - Norma de eficácia plena - Implantação de sistema integrado de dados - Não obrigatório - Ressarcimento à administração dos valores pagos a maior - Desnecessidade - Boa-fé. TRF 5ª R - Apelação Cível nº 0804429-59.2016.4.05.8400. Relator: Fernando Braga Damasceno. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.211, p. 121-124, set. 2018. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 212

LIMA, Ana Clara Viana Soares; SILVA, Kamilla Vieira da. A aplicação da Constituição Federal ao estudo do compliance: contextualização, aspectos relevantes e corrupção. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 9-14, out. 2018. ISSN 1984-4107.

FAGUNDES, André. A desapropriação judicial e a responsabilidade pelo pagamento da indenização. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 15-26, out. 2018. ISSN 1984-4107.

OKU, Enio Nakamura. A defesa do Poder Judiciário em juízo: uma proposta para as Procuradorias Judiciárias. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 27-41, out. 2018. ISSN 1984-4107.

CARVALHO, Fábio Lins Lessa de; NUNES FILHO, José Tenório. Administração pública eficiente e recuperação de créditos fiscais: alternativas administrativas à judicialização executiva fiscal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 42-49, out. 2018. ISSN 1984-4107.

SILVA, Filipe dos Santos. Impactos da Reforma Trabalhista na dispensa coletiva de trabalhadores. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 50-59, out. 2018. ISSN 1984-4107.

PANACHUK, Lara Pastorello. "Efeito borboleta" nas colaborações premiadas: extensão dos desdobramentos para o âmbito da improbidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 60-70, out. 2018. ISSN 1984-4107.

DUARTE, Luciana Gaspar Melquiades; MAGALHÃES, Felipe Rocha. Ethical criteria for scarce resource allocation in public health. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 71-91, out. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação Direta de Inconstitucionalidade - Art. 6º, inc. I, da Resolução nº 146/2012 do Conselho Nacional de Justiça - Redistribuição de cargos do Poder Judiciário da União - Exigência de prazo de trinta e seis meses de exercício no cargo a ser redistribuído - Ação julgada improcedente. STF- Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.938/DF. Relatora: Cámen Lúcia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 95-111, out. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Processual Civil - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança - Enunciado Administrativo 3/STJ - Concurso público - Candidato classificado dentro do número de vagas ofertadas inicialmente - Recusa ao direito público subjetivo - Falta de adequação às condicionantes previstas no RE nº 598.099/MS. STJ- Recurso em Mandado de Segurança nº 57.565/SP (2018/0115565-8). Relator: Mauro Campbell Marques. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 112-117, out. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Processo Administrativo Disciplinar - Instrução de Serviço nº 02/2005 do DRPRF/DF - Ilegalidade - Violação à Lei nº 8.112/1990, art. 102, inciso VIII, alínea b - Apelação desprovida. TRF 1ª R- Apelação/Reexame Necessário nº 0037464-97.2008.4.01.3400/DF. Relatora: Cristiane Miranda Botelho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 118-119, out. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Plano de saúde fornecido pelo Ministério Público da União - Modalidade de autogestão - Aplicação do CDC - Prescrição - Tutela de evidência - Possibilidade - Repetição do indébito em dobro - Descabimento. TRF 2ª R- Apelação Cível/Reexame Necessário no 0003146-86.2014.4.02.5102 (2014.51.02.003146-1). Relator: Reis Friede. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 120-121, out. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Civil - Processual Civil - Servidor Público Federal - Processo Administrativo Disciplinar - Auditor da Receita Federal do Brasil - Improbidade administrativa - Variação patrimonial a descoberto - Nulidades do PAD não configuradas - Verba honorária - Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade - Peculiaridades da demanda - Valor adequado - Sentença mantida. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0011171-11.2013.4.03.6100/SP (2013.61.00.011171-7/SP). Relator: Hélio Nogueira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 122-128, out. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação Civil Pública - Delegado da Polícia Federal do Paraná - Registro eletrônico de frequência - Incompatibilidade com o exercício da função. TRF 4ª R- Apelação/Remessa Necessária no 5036441-04.2014.4.04.7000/PR. Relatora: Vânia Hack de Almeida. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 129-132, out. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Constitucional - Ação Civil Pública - Autorização para contratação de professores substitutos - Impeditivo da legislação eleitoral - Não aplicabilidade ao caso concreto - Desprovemento do apelo. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 0804632-12.2016.4.05.8500. Relatora: Paulo Roberto de Oliveira Lima. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 133-134, out. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 101). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.212, p. 151, out. 2018. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 213

SOUZA, Ana Carolina Cardoso de. Prescrição do ressarcimento ao erário: a necessária superação da decisão do Supremo Tribunal Federal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 9-24, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

SANTOS, D'Alembert Arrhenius Alves dos. Saúde no Brasil: direito fundamental social ou mero negócio?. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 25-35, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

BARBOSA, Leonardo Máximo. O fenômeno da incidência em leis com efeitos remuneratórios futuros e seu impacto para o direito adquirido. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 36-44, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

FONSÊCA, Mariana Lustosa; SENA, Kamilla Rafaely Rocha de; NELSON, Rocco Antonio Rangel Rosso. Um estudo dogmático da legalidade do emprego público comissionado na administração indireta. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 45-57, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

FEITOSA, Maurine Morgan P. A contribuição sindical do servidor público: o papel da administração pública como agente de retenção e a Lei nº 13.467/2017. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 58-68, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

GONÇALVES, Tarcisio Vieira. Responsabilidade pré-negocial do Estado. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 69-83, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Agravo interno - Recurso extraordinário - Concurso público - Posse e exercício determinados por decisões precárias - Concessão de aposentadoria voluntária - Inadequação do Tema nº 476 fixado no RE n 608.482 - (Rel. Min. Teori Zavaski). STF - Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 740.029/DF. Relator: Alexandre de Moraes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 87-92, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Direito civil - Recurso especial - Ação de indenização por danos materiais e compensação por danos morais - Ato libidinoso praticado contra passageira no interior de uma composição de trem na cidade de São Paulo/SP ("assédio sexual") - Fundamentação deficiente - Súmula nº 284/STF - Responsabilidade da transportadora - Nexo causal - Rompimento - Fato exclusivo de terceiro - Ausência de conexão com a atividade de transporte. STJ - Recurso Especial nº 1.662.551/SP (2017/0063990-2). Relatora: Nancy Andrighi. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 93-99, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de segurança - Servidor público - Delegado de polícia federal - Licença remunerada para concorrer a cargo eletivo - Desincompatibilização pelo prazo de seis meses - Percepção dos vencimentos pelo período integral - Possibilidade - Sentença mantida. TRF 1ª R - Apelação/Reexame Necessário nº 001708038.2012.4.01.3800/MG. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 100-102, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Concurso público - Reserva de vagas para candidatos negros - Lei nº 12.990/2014 - Percentual que incide sobre a totalidade de vagas - Critério de proporcionalidade - Nomeação decorrente de decisão judicial - Apelação desprovida. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 0116875-82.2017.4.02.5103 (2017.51.03.116875-7). Relator: Reis Friede. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 103-106, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito constitucional e administrativo - Concurso público - Curso de adaptação de médicos da aeronáutica - Limite etário - Irrazoabilidade - Súmula nº 683/STF - Orientação consolidada do STF - Aplicação por órgão fracionário de corte regional - Possibilidade - Honorários recursais - Possibilidade - Apelação não provida. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0009804-21.2015.4.03.6119/SP (2015.61.19.009804-5/SP). Relator: Wilson Zauhy. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 107-109, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Apelação - Ação civil pública - Administrativo - Alegação de nulidade - Adequação da via eleita - Regime de sobreaviso - Delegados da polícia federal - Remuneração do período - Subsídio - Parcela única - Compensação do período - Horas efetivamente trabalhadas. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5032046-95.2016.4.04.7000/PR. Relator: Cândido Alfredo Silva Leal Júnior. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 110-117, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Ação civil pública - Administrativo - Constitucional - ANAC - Garantia de pleno acesso das pessoas com surdez total à carreira de piloto de aviação civil - Aplicação das normas vigentes - Segurança da coletividade - Supremacia do interesse público - Sentença mantida. TRF 5ª R - Apelação/Remessa Necessária nº 080350635.2017.4.05.8000. Relator: Leonardo Carvalho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 118-121, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 102). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.213, p. 145-146, nov. 2018. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 214

PINTO, Carolina Martins. A anulação do ato administrativo por vício no motivo: consequências na realidade administrativa sob a ótica da Lei nº 13.655/2018. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 9-16, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

CARNAÚBA, César Augusto Martins. Arbitrabilidade subjetiva de fundos públicos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 17-32, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. A absoluta instabilidade do direito brasileiro. O direito administrativo e o do trabalho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 33-39, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

SOARES, João Carlos Mayer. A crise do sistema judiciário e o papel contemporâneo do juiz na solução do litígio: uma análise comparada. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 40-49, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

LEÃO, Lucas Antunes. Desmistificando as criptomoedas e o blockchain: a (des)necessária intervenção estatal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 50-63, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

BATISTA, Nadia Cristina. Métodos adequados de resolução de conflitos: em busca de novos paradigmas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 64-73, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

MAGAMI JUNIOR, Roberto Tadao. A função administrativa e as hipóteses de responsabilização direta e pessoal do agente político detentor de mandato eletivo. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 74-85, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Direito administrativo - Agravo Interno em Mandado de Injunção - Guarda municipal - Alegada atividade de risco - Aposentadoria especial. STF- Agravo Regimental no Mandado de Injunção nº 6.770/DF. Relator: Alexandre de Moraes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 97-103, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Processual Civil - Recurso Ordinário em Mandado de Segurança - Enunciado Administrativo nº 3/STJ - Concurso público - Outorga de delegação de serventia cartorária extrajudicial - Sorteio de delegações - Cumulação de cargos públicos - Impossibilidade - Expressão legal. STJ- Recurso em Mandado de Segurança no 57.573/BA (2018/0116386-2). Relator: Mauro Campbell Marques. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 104-107, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidor público - Advogado da União - Pedido de remoção com fulcro no art. 36, III, "a" da Lei nº 8.112/90 - Cônjuge redistribuída para a Universidade Federal do Ceará-UFC após participação em concurso interno da Universidade de Brasília-UNB - (art. 37, Lei nº 8.112/90) - Ato discricionário - Interesse da Administração - Possibilidade. TRF 1ª R- Apelação/Reexame Necessário no 0029651-72.2015.4.01.3400/DF. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 108-110, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Servidor público federal - Gozo de feriado municipal - 20 de novembro-dia da consciência negra - Ato administrativo que determinou o cumprimento da jornada de trabalho - Ilegalidade. TRF 3ª R- Apelação/Remessa Necessária nº 0022876-35.2015.4.03.61 00/SP (2015.61.00.022876-3/SP). Relator: Cotrim Guimarães. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 111-112, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Agravo de Instrumento - Cumprimento de sentença - Sindicato - Servidor falecido - Legitimidade - Viúva - Demais herdeiros. TRF 4ª R- Agravo de Instrumento nº 5005714-71.2018.4.04.0000/RS. Relator: Rogério Favreto. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 113-119, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Agravo de Instrumento - Servidor público federal - Professor da UFPB - Afastamento para participação em doutorado - Art. 30 da Lei nº 12.772/12 - Negativa por critério temporal - Impossibilidade - Parcial provimento. TRF 5ª R- Agravo de Instrumento nº 0802093-91.2018.4.05.0000. Relator: Fernando Braga Damasceno. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 120-122, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 103). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.18, n.214, p. 141-142, dez. 2018. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 215

AGUIAR, Guilherme Salgueiro Pacheco de. Lei nº 13.655/18- Análise dos arts. 20 a 30 da LINDB e primeiras impressões de sua utilização na conformação das atuações dos diferentes órgãos de controle. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 9-21, jan. 2019. ISSN 1984-4107.

MACHADO, Henrique Pandim Barbosa; ROCHA, Priscilla Norgann de Sousa. Governança e direito fundamental à boa administração pública. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 22-28, jan. 2019. ISSN 1984-4107.

PEREIRA, João Sérgio dos Santos Soares. Após os 30 anos da Constituição democrática de 1988: a captura econômico-política das agências reguladoras e os desafios para a manutenção da sua autonomia reforçada. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 29-41, jan. 2019. ISSN 1984-4107.

BATISTA, Nadia Cristina. Técnicas e ferramentas autocompositivas para construção de soluções: uma análise sobre os institutos da mediação e da conciliação. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 42-52, jan. 2019. ISSN 1984-4107.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. Uma concepção personalista do direito: pessoa humana como protagonista do fenômeno constitucional. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 53-66, jan. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Direito administrativo - Agravo Interno em Mandado de Injunção - Guarda municipal - Alegada atividade de risco - Aposentadoria especial. STF- Agravo Regimental no Mandado de Injunção nº 6.515/DF. Relator: Roberto Barroso. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 67-77, jan. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual Civil e Administrativo - Recurso em Mandado de Segurança - Policial Civil do Estado de Minas Gerais - Processo Administrativo Disciplinar - Prescrição - Ausência de norma regulamentando o prazo aplicável - Em matéria sancionadora, tudo deve ser feito pro reo quando há dúvida - Justifica-se a aplicação do artigo 258 da Lei estadual mineira 869/1952 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Minas Gerais) - Prazo prescricional consumado - Ilegalidade do ato de demissão - Recurso ordinário a que se dá provimento. STJ- Recurso em Mandado de Segurança nº 54.228. Relator: Gurgel de Faria. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 78-82, jan. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Remoção - Membro do Ministério Público do Trabalho - Cônjuge, empregado de sociedade de economia mista, transferido no interesse de instituição financeira, que se equipara, na exploração da atividade econômica e relações de trabalho, às demais entidades da espécie - Predominância do interesse da União - Superveniente remoção, a pedido, da integrante do MPT para unidade no mesmo estado para o qual havia obtido a antecipação de tutela - Sentença reformada, julgando-se improcedente o pedido - Antecipação de tutela recursal revogada. TRF 1ª R- Apelação/Reexame Necessário no 0019860-79.2015.4.01.3400/DF. Relatora: Gilda Sigmaringa Seixas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 83-86, jan. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Mandado de Segurança Originário - Servidor público - Posse em cargo efetivo na esfera federal na vigência da Lei nº 12.618/2012 - Vínculo anterior como ocupante de cargo efetivo na esfera estadual desde 2003 - Inexistência de solução de continuidade - Regime previdenciário - Direito de opção - Possibilidade - Art. 40, §16, da CRFB/88 e art. 1º, §1º, da Lei nº 12.618/2012. TRF 2ª R- Mandado de Segurança nº 0004290-36.2018.4.02.0000 (2018.00.00.004290-7). Relator: Sérgio Schwaitzer. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 87-91, jan. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Constitucional, Administrativo e Processual Civil - Preliminares de falta de interesse de agir e ilegitimidade passiva rejeitadas - Ação Popular - Nomeação de servidora - Inidoneidade - Nulidade do ato administrativo que a nomeou para o exercício da função de confiança. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0004050-49.2006.4.03.6108/SP (2006.61.08.004050-3/SP). Relatora: Mônica Nobre. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 92-95, jan. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Apelação - Ação Civil Pública - Tratamento de água em comunidade indígena - Serviço público essencial - Intervenção judicial - Dano moral coletivo não configurado. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5014197-44.2015.4.04.7001/PR. Relator: Sérgio Renato Tejada Garcia. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 96-111, jan. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Constitucional e Administrativo - Concurso público - Técnico previdenciário - Nomeação em vaga destinada a Portador de Necessidade Especial-PNE - Candidata sem deficiência física - Erro da administração - Ausência de comprovação da má-fé por parte da servidora - Situação consolidada - Prazo decadencial consumado. TRF 5ª R- Embargos Infringentes em Apelação Cível nº 582897/PE (0000891-88.2011.4.05.8300). Relator: Janilson Siqueira. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.215, p. 112-119, jan. 2019. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 216

NAKAMURA, André Luiz dos Santos. A nova disciplina dos juros compensatórios nas desapropriações. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 9-16, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

SANTOS, D'Alembert Arrhenius Alves dos. Liberdade religiosa na formação escolar brasileira: uma visão crítica sobre alguns de seus aspectos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 17-25, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

DEUS, Fernando Barroso de. Sobre a necessária compatibilização entre os conceitos de urgência da lei processual e da lei de licitações: estudo baseado na análise das ações ajuizadas contra o município de Macaé (RJ) no ano de 2018. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 26-36, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

MACHADO, Henrique Pandim Barbosa; MORAIS, Andressa Silvestre. A necessidade de individualização da conduta para fins de responsabilização no âmbito do processo de contas: o caso das fiscalizações de licitações. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 37-44, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

BATISTA, Nádia Cristina. Deveres e poderes da administração pública no ordenamento jurídico brasileiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 45-60, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

MOREIRA, Vital; DOMINGUES, José. As primeiras eleições constituintes no Brasil (1821). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 61-78, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Agravo regimental em mandado de segurança - Conselho nacional de justiça - Pedido de providências - Lei estadual com previsão de abono de férias em descompasso com o regramento nacional - Determinação aos Tribunais de Justiça de envio de projeto de lei para correção do percentual previsto - Ausência de violação da autonomia dos Tribunais de Justiça - Entendimento consonante com a jurisprudência do Supremo Tribunal - Matéria atribuída ao regramento nacional - LOMAN - Agravo Regimental não provido. STF - Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 31.667/DF. Relator: Dias Toffoli. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 81-116, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil e administrativo - Ação rescisória - Improbidade administrativa - Alegação de vícios decisórios - Omissão, obscuridade e contradição - Art. 535 do CPC/73 - Ausência - Acórdão recorrido fundamentado - Impropriedade da ação constitutiva negativa - Impossibilidade de revisão da dosimetria da pena - Desproporcionalidade - Fundamento não representativo de violação literal de disposição de lei - Congruência objetivo-normativa - Inexistência de teratologia - Não subsunção ao art. 485, V, do CPC/73 - Acórdão rescisório reformado. STJ - Recurso Especial nº 1.435.673/MG (2014/0030757-3). Relator: Francisco Falcão. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 117-124, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional, administrativo e processual civil - Mandado de Segurança - Concurso público - Candidata que obteve a mesma pontuação dos sete últimos classificados - Critérios de desempate - Desclassificação - Impossibilidade - Decreto nº 6.944/2009 - Sentença reformada. TRF 1ª R - Apelação Cível nº 0054531-65.2014.4.01.3400/DF. Relator: Souza Prudente. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 125-128, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Apelação cível - Administrativo - Servidor público - Processo Administrativo Disciplinar - Cassação de aposentadoria - Inconstitucionalidade - Direito adquirido - Inexistência - Dignidade da pessoa humana - Devolução do valor pago acima do teto do RGPS - Impossibilidade - Prescrição punitiva não consumada - Sentença mantida. TRF 2ª R - Apelação Cível/Reexame Necessário nº 001461484.2013.4.02.5101 (2013.51.01.014614-7). Relator: Ricardo Perlingeiro. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 129-132, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Direito administrativo - Saúde - Apelação - DPU - Concessão de medicamento - Existência de outros medicamentos - Possibilidade de cirurgia - Recusa da apelante - Escolha do tratamento - Impossibilidade - Recurso de Apelação não provido. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0005924-92.2012.4.03.6000/MS (2012.60.00.005924-0/MS). Relator: Antônio Cedenho. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 133-140, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administração - Servidor civil público - Remoção - Interesse público - Lei nº 8.112/90 - Motivo de saúde de dependente - Laudo médico particular - Possibilidade. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5001814-19.2015.4.04.7103/RS. Relatora: Josete Pantaleão Caminha. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 141-145, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Servidora da UFRSA - Licença - Exercício provisório para a UFRN para acompanhar cônjuge redistribuído - Art. 84, parágrafo 2º, da Lei nº 8.112/90 - Possibilidade. Apelação/Remessa Necessária nº 080170749.2016.4.05.8401. Relator: Francisco Roberto Machado. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.216, p. 146-147, fev. 2019. ISSN 1984-4107.

Fórum Administrativo, n. 217

NÚÑEZ NOVO, Benigno; SOARES, Frank Ronaldo. Revalidação de diplomas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 9-13, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

MOURA, Emerson Affonso da Costa; LIMA, Leonardo Pereira de. Precedentes judiciais no Superior Tribunal de Justiça em matéria de direito administrativo em 2018. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 14-27, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

CALIXTO, Fernanda Karoline Oliveira. Licitação e government by policies: crítica ao uso da licitação como meio de promoção de políticas públicas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 28-36, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

COPOLA, Gina. Servidores ocupantes de cargos de Procurador Jurídico (nomeado antes da edição da Constituição Federal de 1988) e Secretário dos Negócios Jurídicos. Ausência de ilegalidade. Inexistência de ato de improbidade administrativa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 37-39, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

GUERRA, Luis Roberto Cordeiro. As agências reguladoras e a arbitragem: uma alternativa às divergências setoriais. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 40-52, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

BATISTA, Nadia Cristina. Estudo dos modelos de mediação: uma análise aprofundada sobre esse mecanismo de autocomposição. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 53-63, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

MOTTA, Fabrício Macedo. Parecer nº 382/2019, emitido nos autos TCM/GO nº 18404/17. Denúncia. Nepotismo. Improcedência. Caracterização de conflito de interesses. Recomendações ao prefeito municipal. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 65-69, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Direito Penal e Administrativo - Organização Social - Dirigente - Funcionário público - Extensão - Artigo 327, §1º do Código Penal - Crimes contra a administração. STF- Habeas Corpus nº 138.484/DF. Relator: Marco Aurélio. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 73-76, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Recurso Especial - Código de Processo Civil de 1973 - Aplicabilidade - Servidor público estadual - Pretensão de reintegração ao cargo público, cujo afastamento foi motivado por perseguição política - Violação de direitos fundamentais - Prisão e tortura perpetrados durante o regime militar - Imprescritibilidade da ação - Recurso especial provido. STJ- Recurso Especial nº 1.565.166/PR (2015/0280295-9). Relatora: Regina Helena Costa. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 77-81, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Administrativo - Servidor público - Concurso de remoção - Critério de preferência na escolha de lotação - Déficit máximo de servidores por unidade - Limitador de saída - Preterição por novos concursados e por servidores mais novatos - Princípio da antiguidade - Precedentes - Sentença reformada - Remoção concedida. TRF 1ª R- Apelação Cível nº 0001946-46.2013.4.01.3602/MT. Relator: Francisco Neves da Cunha. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 82-86, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e Constitucional - Apelação - Acumulação ilegal de cargos públicos - 3 (três) cargos públicos de médico - Aplicação ao servidor público das penas de demissão e de cassação de aposentadoria - Possibilidade - Artigo 133, §6º, da Lei nº 8.112/1990 - Má-fé configurada - Apelação desprovida. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0149946-81.2017.4.02.5101 (2017.51.01.149946-0). Relator: Aluísio Gonçalves de Castro Mendes. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 87-94, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Processo Civil - Apelação em Ação Civil Pública - Direitos individuais homogêneos - Relevância social - Legitimidade ativa do Ministério Público Federal - Adequação da via eleita - Moradia - Vícios de construção de imóvel - Responsabilidade civil - CDC - Apelação improvida. TRF 3ª R- Apelação Cível nº 0013922-09.2006.4.03.6102/SP (2006.61.02.013922-9/SP). Relator: Valdeci dos Santos. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 95-102, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e Processual Civil - Ação Civil Pública - Sindicato - Legitimidade ativa - Substituição processual - Direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria - Interesses de candidatos inscritos em concurso público - (I) Legitimidade. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5090592-08.2014.4.04.7100/RS. Relatora: Vivian Josete Pantaleão Caminha. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 103-107, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Direito Administrativo - Responsabilidade civil do Estado - Danos materiais e morais decorrentes de ação policial que incidiu em erro durante o cumprimento de ordem judicial - Risco administrativo - Indenização devida - Recurso provido. TRF 5ª R- Apelação Cível nº 576346/PB (0001522-69.2010.4.05.8202). Relator: Frederico Wildson da Silva Dantas. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 108-111, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (Art. 106). Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v.19, n.217, p. 139, mar. 2019. ISSN 1984-4107.

Fórum de Contratação e Gestão Pública, n. 246

SILVA, Cilaine Cristina Lourenço da. O homem cordial e as relações públicas: uma análise econômica das organizações sociais de saúde no Estado do Rio de Janeiro. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 13-27, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

TOLEDO JUNIOR, Flavio Corrêa de. As emendas parlamentares em favor dos municípios. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 29-36, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

COPOLA, Gina. Programa de integridade (compliance) na nova lei de licitações. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 37-41, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Licitações: a nova lei - 14. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 43-78, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

OLIVEIRA, Márcio Berto Alexandrino de. A jornada de trabalho dos detentores de cargos públicos privativos de advogados. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 79-92, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende; CARMO, Thiago Gomes do. O self-cleaning e a sua aplicação sob a perspectiva da Lei nº 14.133/2021. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 93-112, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Ação direta de inconstitucionalidade - Associação nacional dos auditores de controle externo dos tribunais de contas do Brasil - ANTC - Legitimidade - Lei complementar estadual de Sergipe nº 232/2013 - Lei complementar estadual de Sergipe nº 204/2011 - Cargos em comissão - Princípio do concurso público - Violação - Tema nº 1.010 repercussão geral - Inconstitucionalidade - Funções e quadro próprio do Tribunal de Contas - Cargos de provimento efetivo - Simetria - Pedido julgado procedente - Modulação. STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.655/SE. Relator: Edson Fachin. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 113-132, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Direito Constitucional e Tributário - Ação direta de inconstitucionalidade - IPVA - Isenção - Ausência de estudo de impacto orçamentário e financeiro. STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.303/RR. Relator: Roberto Barroso. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 133-140, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Direito Constitucional e Financeiro - Ação direta de inconstitucionalidade - Processo legislativo - Atos interna corporis - Sentido e alcance das normas constitucionais que limitam operações de crédito (art. 167, III e X, da CF). STF - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.683/RJ. Relator: Roberto Barroso. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 141-187, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Tribunais de Contas da União. [Jurisprudência] Solicitação do congresso nacional - Comissão de fiscalização financeira e controle da Câmara dos Deputados - Solicitação de fiscalização na obra do hospital de campanha do município de Cruzeiro do Sul/AC - Conhecimento - Recursos para a construção do hospital - Índole estadual - Afastamento da competência fiscalizatória do TCU - Fiscalização a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Acre - Existência de processo autuado naquela corte de contas para acompanhar a obra em questão - Informações prestadas à autoridade solicitante - Arquivamento. TCU - Processo nº 014.004/2021-6. Relator: Vital do Rêgo. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 189-197, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Apelação - Licitação - Sistema de Registro de Preços - Aumento no preço de medicamento fornecido à administração - Reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato - Art. 17 do Decreto nº 7.892/13 e art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93 - Vedação de enriquecimento sem causa da administração. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5007413-73.2019.4.04.7110/RS. Relator: Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 199-206, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

BRASIL. Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia. [Jurisprudência] Consulta - Nova lei de licitações e contratos - Lei nº 14.133/2021 - Dispensa em razão do valor - Regramento previsto nº §3º, do art. 75 da lei - Interpretação do termo "preferencialmente". TCMBBA - Processo nº 05675e22. Relatora: Flavia Scolese Ribeiro. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 207-213, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

OLIVEIRA, Antônio Flávio de. Comentários e anotações à lei de responsabilidade fiscal (art. 23). Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, v.21, n.246, p. 257-263, jun. 2022. ISSN 1676-5826.

Fórum de Direito Urbano e Ambiental, v. 21, n. 123

LEVIN, Alexandre. Instrumentos jurídicos de prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico: gestão integrada de acordo com o novo marco regulatório do saneamento básico no Brasil (Lei nº 14.026/2020). Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.123, p. 13-28, maio/jun. 2022. ISSN 1676-6962.

PALAZZO JR, José Truda. Resgate e cuidados de gambás (gênero Didelphis) por voluntários no Brasil: um serviço ambiental essencial à mercê de lacunas jurídicas. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.123, p. 29-51, maio/jun. 2022. ISSN 1676-6962.

PINHEIRO, Júlio Assis Corrêa. As questões socioambientais e os tribunais de contas. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.123, p. 53-67, maio/jun. 2022. ISSN 1676-6962.

VIANA, Maylla Lima; CYRINO, Rodrigo Reis. Obsolescência programada no mercado têxtil, seus impactos na sociedade, meio ambiente e possíveis efeitos jurídicos: uma análise da política nacional dos resíduos sólidos como dispositivo de mitigação dos danos da produção em longa escala. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.123, p. 69-92, maio/jun. 2022. ISSN 1676-6962.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil e ambiental - Recurso especial - Arts. 326 e 535, II, do CPC/1973 - Súmula nº 284/STF - Queima da palha de cana-de-açúcar - Aplicação do art. 27, parágrafo único, da Lei nº 4.771/1965 e art. 16 do Decreto nº 2.661/1998 às atividades agroindustriais - Possibilidade - Precedentes. STJ - Recurso Especial nº 1.443.290/GO (2014/0059717-8). Relator: Benedito Gonçalves. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.123, p. 93-113, maio/jun. 2022. ISSN 1676-6962.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo - Ação civil pública - Dano ambiental - Extração ilegal de recurso natural - Areia e argila - Bem da união - Ressarcimento ao erário - Indenização - Fixada pelo tribunal a quo: 50% do faturamento bruto obtido pela extração ilegal - Entendimento divergente deste STJ - Necessidade de reparação integral - Violação dos arts. 884, 927 e 952, do Código Civil - Modificação do aresto recorrido. STJ - Recurso Especial nº 1.923.855/SC (2021/0049390-5). Relator: Francisco Falcão. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.123, p. 115-119, maio/jun. 2022. ISSN 1676-6962.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil - Administrativo - Incidente de assunção de competência (IAC nº 13/STJ) - Ambiental - Estado de direito ambiental - Direito de acesso à informação ambiental - Vício de fundamentação - Inexistência - Princípio 10 da declaração do Rio - Princípio da máxima divulgação - Princípio favor informare - Acordo de Escazú - Convenção de Aarhus - Legislação interna positivada - Convergência - Arts. 2º da Lei nº 10.650/2003, 8º da Lei nº 12.527/2011 (LAI) e 9º da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional Do Meio Ambiente - PNMA) - Transparência ambiental ativa - Dever estatal de informar e produzir informação ambiental - Presunção relativa - Discricionariedade administrativa - Inexistência - Necessidade de motivação adequada da negativa - Controle judicial do ato administrativo - Cabimento - Área de Proteção Ambiental (APA) - Plano de manejo - Publicação periódica de relatórios de execução - Portal de internet - Averbação no registro de imóveis rurais - Previsão legal. STJ - Recurso Especial nº 1.857.098/MS (2020/0006402-8). Relator: Og Fernandes. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.123, p. 121-148, maio/jun. 2022. ISSN 1676-6962.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Constitucional - Ação civil pública - Dano ambiental configurado - Ocupação e edificação em área de preservação permanente - Responsabilidade objetiva e propter rem do possuidor - Função socioambiental da propriedade - Inaplicabilidade do art. 61-A do Código Florestal - Empreendimento que não se enquadra como atividade agropastoril, ecoturismo ou turismo rural - Demolição mantida - Manutenção de escola - Possibilidade - Interesse social - Artigos 3, IX; 7º, §1º; e 8º, todos, da Lei nº 12.651/12 - Remessa Oficial e Apelação não providas. TRF 3ª R - Apelação Cível nº 0000335-10.2012.4.03.6004. Relatora: Mônica Nobre. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.123, p. 149-162, maio/jun. 2022. ISSN 1676-6962.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação civil pública - Conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão/RS - Tombamento - Reforma de imóvel sem autorização do IPHAN - Preservação garantida. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5007257-85.2019.4.04.7110/RS. Relator: Rogério Favreto. Fórum de Direito Urbano e Ambiental, Belo Horizonte, v.21, n.123, p. 163-171, maio/jun. 2022. ISSN 1676-6962.

Interesse Público, v. 24, n. 133

FREITAS, Juarez. Constituição e sustentabilidade: políticas públicas baseadas em evidências e o direito ao bem-estar de presentes e futuras gerações. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 17-27, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; SARAI, Leandro. (Re)aplicação do benefício dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no pregão eletrônico. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 29-44, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

CORDEIRO, Maria Eugenia Batista; FRANÇA, Vladimir da Rocha. A positivação do direito à proteção de dados como direito e garantia fundamental. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 45-61, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

ELSNER, Larissa de Oliveira. O direito à acessibilidade das pessoas com deficiência para uma sociedade justa e igualitária em tempos de pandemia da COVID-19. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 63-90, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

MARTINS, Lais Nardon. Povos indígenas e COVID-19: a proteção internacional dos direitos humanos ao direito à saúde. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 91-111, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

TIISEL, Danilo Brandani. Captação de recursos para organizações da sociedade civil por meio da geração de receita própria: aspectos jurídicos. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 115-148, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

CASTELLAN, Felipe Amorim; PEDRA, Adriano Sant'Ana. As contribuições da nova Lei do Governo Digital para a fiscalização da administração pública e a (in)constitucionalidade da restrição de aplicação a Estados, municípios e Distrito Federal. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 151-172, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

OLIVEIRA, Farlei Martins Riccio de. A governança da ética pública e das contratações públicas como instrumento autônomo de combate à corrupção administrativa. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 175-190, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - Arts. 116, II, 117 e 125 a 128, da Lei nº 7.109/1977, e art. 38 da Lei nº 9.381/1986 - Decreto nº 48.109/2020 e Resolução SEE nº 4.475/2021, todos do Estado de Minas Gerais - Convocação de professores sem concurso público - Vacância - Contratação por tempo determinado - Necessidade temporária de excepcional interesse público - Autorização genérica e abrangente - Ausência de transitoriedade - Violação do art. 37, II e IX, da Constituição Federal - Modulação dos efeitos - Arguição conhecida e julgada procedente. STF- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 915/MG. Relator: Ricardo Lewandowski. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 193-210, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual Civil e Administrativo - Improbidade - Acordo - Não persecução cível - âmbito recursal - Possibilidade. STJ- Acordo nos Embargos de Divergência em agravo em Recurso Especial nº 102.585/RS (2011/0236946-0). Relator: Gurgel de Faria. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 211-215, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo e Processual Civil - Recurso Especial - Responsabilidade Civil do Estado - Violação do art. 535 do CPC/1973 - Não ocorrência - Acidente de trânsito em rodovia estadual - Óbito da vítima - Omissão estatal quanto ao dever de conservação e sinalização da via pública - Danos materiais devidos - Danos morais fixados em valor irrisório - Necessidade de majoração. STJ- Recurso Especial nº 1.709.727/SE (2016/0173813-0). Relator: Benedito Gonçalves. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 217-231, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual Civil - Administrativo - Recurso em Mandado de Segurança - Serventia extrajudicial - Afastamento do titular - Designação de interventor - Posterior condenação do titular - Exegese do art. 36, §§2º e 3º, da Lei 8.935/1994 - Metade da renda líquida da serventia - Levantamento em favor do interventor - Recusa judicial caracterizadora de ofensa a direito líquido e certo. STJ- Recurso em Mandado de Segurança nº 67.503/MG (2021/0312266-1). Relator: Sérgio Kukina. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 233-239, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Civil e Processual Civil - Ação de Procedimento Ordinário - União - Indenização por danos materiais e morais - Furto de motocicleta no estacionamento do 5º Batalhão de Engenharia e Construções (BEC) - Responsabilidade subjetiva - Não comprovação dos fatos articulados - Improcedência do pedido - Sentença mantida. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 0007545-58.2012.4.01.4100. Relator: Daniel Paes Ribeiro. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 241-246, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. [Jurisprudência] Consulta. Presidente do TRE/DF - Dever de reembolso de verbas remuneratórias previstas no art. 106 da Lei nº 13.328/2016 em novas requisições do mesmo servidor ou empregado público para a Justiça Eleitoral - Conhecimento - Resposta ao consulente - Não há necessidade de reembolso nas novas requisições, desde que não seja indicado servidor ou empregado público específico anteriormente já requisitado pelo mesmo órgão/entidade - Há dever de reembolso nas prorrogações - A prorrogação deve ser formalizada antes do final do primeiro período de requisição. TCU- Processo nº 015.786/2021-8. Relator: Bruno Dantas. Interesse Público, Belo Horizonte, v.24, n.133, p. 247-158, maio/jun. 2022. ISSN 1676-8701.

Revista Brasileira de Direito Comercial, Concorrencial e do Consumidor, n. 47

NUNES, Danilo Henrique; MONTES NETTO, Carlos Eduardo; GUI, Gustavo Bacheschi. Os direitos e os mecanismos de proteção dos acionistas minoritários no mercado de capitais. Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 4-31, jun./jul. 2022. ISSN 2359-1137.

COSTA, Emanuelle Maria Martins da; DENARDI, Eveline. Requisitos da sentença arbitral à luz das hipóteses de nulidade. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 32-51, jun./jul. 2022. ISSN 2359-1137.

PRAZAK, Maurício Ávila; SOARES, Marcelo Negri; SANCHES, Aline Cavalcante de Souza. O incremento de eficiência da recuperação extrajudicial advindo da Lei nº 11.112/2020. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 52-81, jun./jul. 2022. ISSN 2359-1137.

CUMINATI, Lucas Henrique; OLIVEIRA, Diego Bianchi de. Responsabilidade civil e a possibilidade de relativização do pressuposto do dano nas relações de consumo. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 82-102, jun./jul. 2022. ISSN 2359-1137.

OLIVEIRA, Diogo Ricardo Goes; MEDEIROS NETO, Elias Marques de. Governança corporativa e política de integridade como mecanismos de aumento da reputação da empresa e de captação de investimentos no mercado financeiro. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 103-118, jun./jul. 2022. ISSN 2359-1137.

SANTOS, Yago Aparecido Oliveira. Contribuições da economia comportamental para a regulação eletrônica da concorrência. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 119-133, jun./jul. 2022. ISSN 2359-1137.

PRAZAK, Maurício Ávila; MATTAR, Cecília Patrícia. Concorrência perfeita. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 134-148, jun./jul. 2022. ISSN 2359-1137.

CAETANO, Eduardo Paixão. Discurso emergente de resistência do consumo consciente contra choques e tensões nas cidades. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 149-159, jun./jul. 2022. ISSN 2359-1137.

MONTEIRO JÚNIOR, Francisco José. A quem a Lei do Superendividamento não se aplica?. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 160-169, jun./jul. 2022. ISSN 2359-1137.

SIMÕES, Robert Wagner Conceição. Análise econômica do direito e as falhas de mercado e regulação. *Revista Brasileira de Direito Comercial, Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, Porto Alegre, v.8, n.47, p. 170-204, jun./jul. 2022. ISSN 2359-1137.

Revista Brasileira de Direito Municipal, n. 84

STOCKER JÚNIOR, Jorge Luís; VILA, Cinara de Araújo. A presença do Parque Municipal Henrique Luís Roessler (Parcão) no Centro Histórico de Hamburgo Velho, Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul). *Revista Brasileira de Direito Municipal*, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 9-22, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

LIMA, Marcelo Cheli de. Responsabilidade civil do Estado por intervenção no domínio econômico. *Revista Brasileira de Direito Municipal*, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 23-46, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

MACHADO, Rodrigo Silveira Diniz; CASTRO, Ricardo Chaves de. A possibilidade para contratação por inexigibilidade de licitação pela administração pública para serviços técnicos especializados em auditoria e consultoria contábil e financeira de acordo com a Lei nº 14.133/2021. *Revista Brasileira de Direito Municipal*, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 47-67, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

CRAVO, Daniela Copetti. PGM: Parecer singular nº 1.222. *Revista Brasileira de Direito Municipal*, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 71-78, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

SOUZA, Fernanda de Oliveira. PGM: parecer. *Revista Brasileira de Direito Municipal*, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 79-89, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

SILVA, Cristiane Bandeira da. Parecer nº 541/2020. Revista Brasileira de Direito Municipal, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 91-113, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Tributário - IPTU - Sujeito passivo - Imóvel objeto de alienação fiduciária - Credor - Responsabilidade antes da consolidação da propriedade - Impossibilidade. STJ- Agravo em Recurso Especial nº 1.796.224/SP (2020/0312851-7). Relator: Gurgel de Faria. Revista Brasileira de Direito Municipal, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 117-125, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Tributário - Execução Fiscal - IPTU - Responsabilidade solidária - Promitente vendedor - REsp nº 1.111.202/SP-Tema 122/STJ dos Recursos Repetitivos - Parcelamento do crédito tributário, pelo promitente comprador - Presunção de renúncia à solidariedade - Art. 282 do Código Civil - Inexistência - Recurso Especial provido. STJ- Recurso Especial nº 1.978.780/SP (2021/0400953-7). Relator: Assusete Magalhães. Revista Brasileira de Direito Municipal, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 127-137, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual Civil e Administrativo - Recurso Especial representativo da controvérsia - Improbidade - Contratação de servidor temporário - Autorização - Lei local - Dolo - Afastamento. STJ- Recurso Especial nº 1.926.832/TO (2021/0072095-8). Relator: Gurgel de Faria. Revista Brasileira de Direito Municipal, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 139-145, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Ação Civil Pública - Anulação de contrato de empréstimo que tem como garantia recursos do Fundo de Participação do Município - Aplicação das receitas próprias como garantia, sem prejuízos dos limites e vedações previstos na legislação federal. TRF 1ª R- Remessa Necessária Cível nº 1009132-80.2020.4.01.3304. Relator: João Batista Gomes Moreira. Revista Brasileira de Direito Municipal, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 147-152, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Ação Civil Pública - Implementação de ponto eletrônico no SUS - Competência do município - Regime jurídico próprio - Improcedência do pedido - Manutenção da sentença - Remessa Oficial desprovida. TRF 1ª R- Remessa Necessária Cível nº 1000114-92.2017.4.01.3804. Relator: Jamil Rosa de Jesus Oliveira. Revista Brasileira de Direito Municipal, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 153-156, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Reexame Necessário - Administrativo - Ação Civil Pública - Fraude à exigência de concurso público - Remessa desprovida. TRF 2ª R- Remessa Necessária Cível nº 0002965-29.2007.4.02.5103/RJ. Relator: Poul Erik Dyrlyund. Revista Brasileira de Direito Municipal, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 157-171, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

MINAS GERAIS. Tribunal de Contas do Estado. [Jurisprudência] Consulta - Aquisição de medicamentos pela administração pública para disponibilização à população - Assistência farmacêutica - Sistema Único de Saúde - Integração das ações e serviços farmacêuticos - Políticas públicas de saúde instituídas pelo Ministério da Saúde - Relações de medicamentos essenciais - Observância dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas - Critérios de essencialidade, segurança, qualidade e eficácia - Tabelas CMED - Órgão regulatório - Definição dos preços máximos a serem praticados pelo mercado farmacêutico - Adoção da Denominação Comum Brasileira-DCB ou, na sua falta, da Denominação Comum Internacional-DCI - Vedadas cláusulas ou condições que resultem em preferências ou restrições a potencial fornecedor, a medicamentos de referência, similares ou genéricos, com a ressalva do §2º do art. 3º da Lei nº 9.787, de 1999. TCEMG- Processo nº 1.101.663. Relator: Conselheiro Substituto Hamilton Coelho. Revista Brasileira de Direito Municipal, Belo Horizonte, v.23, n.84, p. 173-191, abr./jun. 2022. ISSN 1808-5628.

Revista Brasileira de Direito Previdenciário, v. 12, n. 69

RODRIGUES, Aline Fernanda; RODRIGUES, Raphael Silva. A influência da pandemia da Covid-19 na contribuição do RAT/SAT ajustado pelo FAP. Revista Brasileira de Direito Previdenciário, Porto Alegre, v.12, n.69, p. 5-41, jun./jul. 2022. ISSN 2179-9148.

HORVATH JUNIOR, Miguel; LIMA, Marcus Vinicius Rodrigues; TURQUETI, Daniele de Mattos Carreira. Os direitos humanos da pessoa com deficiência: o paradigma do TEA no Recurso Extraordinário 1.237.867, do STF. Revista Brasileira de Direito Previdenciário, Porto Alegre, v.12, n.69, p. 42-64, jun./jul. 2022. ISSN 2179-9148.

BERGAMASCHI FILHO, Sérgio Manoel; ROCHA, Cláudio Iannotti da. A rigidez na concessão do auxílio-reclusão pós-reforma da previdência e o embate à sistemática da seguridade social. *Revista Brasileira de Direito Previdenciário*, Porto Alegre, v.12, n.69, p. 65-83, jun./jul. 2022. ISSN 2179-9148.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de; BROETTO, Matheus Giacomini. O auxílio-doença no direito previdenciário brasileiro. *Revista Brasileira de Direito Previdenciário*, Porto Alegre, v.12, n.69, p. 84-95, jun./jul. 2022. ISSN 2179-9148.

MARTINS, Sergio Pinto. Incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. *Revista Brasileira de Direito Previdenciário*, Porto Alegre, v.12, n.69, p. 96-114, jun./jul. 2022. ISSN 2179-9148.

PESSOA, Rodrigo Monteiro; CARDOSO, Jair Aparecido. A extinção da aposentadoria por tempo de contribuição pela Emenda Constitucional nº 103/2019 e a dialética econômica e ampliadora dos sistemas de seguridade social. *Revista Brasileira de Direito Previdenciário*, Porto Alegre, v.12, n.69, p. 115-134, jun./jul. 2022. ISSN 2179-9148.

CARVALHO, Juan Pablo Couto de. Desenvolvimento do sistema especial de inclusão previdenciária como meio de expansão de liberdades. *Revista Brasileira de Direito Previdenciário*, Porto Alegre, v.12, n.69, p. 135-159, jun./jul. 2022. ISSN 2179-9148.

BRASIL. Turma Nacional de Uniformização do Conselho da Justiça Federal. [Jurisprudência] Tema 219/TNU - Questão submetida a julgamento: saber se é possível o cômputo do tempo de serviço rural àquele que tenha menos de 12 anos de idade. TNU - Pedido de unif. de interpretação de Lei nº 5008955-78.2018.4.04.7202 Santa Catarina. Relator: Jairo da Silva Pinto. *Revista Brasileira de Direito Previdenciário*, Porto Alegre, v.12, n.69, p. 160-170, jun./jul. 2022. ISSN 2179-9148.

Revista de Estudos Tributários, v.25, n.146

LUCON, Leandro. Os pontos controvertidos na Incidência do ICMS nas transferências de mercadorias entre matrizes e filiais. *Revista de Estudos Tributários*, São Paulo, v.25, n.146, p. 9-27, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

TOMÉ, Lucas Bressanelli. Questões acerca da unidade sistêmica do ordenamento jurídico na aplicação de sanções penais e administrativas contra ilícitos tributários. *Revista de Estudos Tributários*, São Paulo, v.25, n.146, p. 28-52, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

CARRO, Valter Gonçalves. ICMS calculado por dentro da base de cálculo pelo adquirente quando a aquisição do produto tenha se sujeitado ao diferimento. *Revista de Estudos Tributários*, São Paulo, v.25, n.146, p. 53-71, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Agravo interno no recurso extraordinário com agravo - Direito tributário - Programa de parcelamento incentivado - Inclusão de crédito - Legislação infraconstitucional local - Ofensa reflexa - Fatos e provas - Reexame - Impossibilidade - Enunciados nºs 279 e 280 da súmula do Supremo Tribunal Federal - Precedentes. STF- AgRg no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.346.486. Relator: Luiz Fux. *Revista de Estudos Tributários*, São Paulo, v.25, n.146, p. 72-75, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Tributário - Processual civil - Agravo interno no recurso especial - Código de Processo Civil de 2015 - Aplicabilidade - Violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 - Inocorrência - IRPJ e CSLL - Base de cálculo reduzida - Serviços hospitalares - Desnecessidade de estrutura disponibilizada para internação - Natureza hospitalar - Lei nº 11.727/2008 - Requisitos: sociedade empresária e atender normas da Anvisa - Requisito ausente - Acórdão embasado em premissas fáticas - Revisão - Impossibilidade - Incidência da Súmula nº 7/STJ - Dissídio jurisprudencial - Não comprovado - Aplicação de multa - Art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 - Descabimento. STJ- AgInt no Recurso Especial nº 1984280 - SP (2021/0325173-7). Relatora: Regina Helena Costa. *Revista de Estudos Tributários*, São Paulo, v.25, n.146, p. 76-94, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil e tributário - Recurso especial - Execução fiscal - Responsabilidade do sócio - dissolução regular de micro e pequena empresa - Ausência de certidão de regularidade fiscal - Incidência do art. 134, VII, do CTN - Precedentes. STJ- Recurso Especial nº 1876549 - RS (2019/0200469-3). Relator: Mauro Campbell Marques. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.146, p. 95-103, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Recurso Especial - Operação Boca Livre - Fraudes para obtenção de benefícios da Lei Rouanet - Desvio na aplicação dos recursos - Conduta que se amolda ao delito previsto no art. 40 da Lei nº 8.313/1991 - Pretensão de desclassificação para o estelionato majorado - Impossibilidade - Recurso Especial conhecido, mas não provido. STJ- Recurso Especial nº 1894519 - SP (2020/0232360-2). Relator: Rogerio Schietti Cruz. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.146, p. 104-117, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Tributário - ITCD - Partilha de bens - discussão a respeito da alíquota progressiva - Decadência - Termo inicial. STJ- Recurso Especial nº 1.990.761 - RS (2021/0031642-4). Relator: Herman Benjamin. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.146, p. 118-127, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Tributário - Imposto de renda - isenção - Acórdão em conformidade com a jurisprudência do STJ - Desprovemento do agravo interno - Manutenção da decisão recorrida. STJ- AgInt no Recurso Especial nº 1702710 – PR (2017/0260209-2). Relator: Francisco Falcão. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.146, p. 128-134, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Constitucional, administrativo, tributário e processual civil - Mandado de segurança - Processo administrativo fiscal - CARF - Provas declaradas ilícitas pelo STF e STJ - Desentranhamento indeferido - Indevida valoração de provas - Julgamento extra petita - Anulação da sentença - Apreciação da LIDE nos termos do art. 1.013, § 3º, CPC - Controle jurisdicional do ato administrativo - Vedação da utilização das provas - Direito líquido e certo, no caso dos autos - Preliminar acolhida - Apelação provida. TRF 1ª R- Apelação Cível (198) nº 1020542-12.2018.4.01.3400. Relator: João Carlos Mayer Soares. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.146, p. 135-139, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Tributário - Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Alíquota reduzida - Lei nº 9.245/1995 - Serviços de natureza hospitalar - Instrução normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.556/2015 (art. 4º, §§ 9º-A e 10, III) - Atendimentos às normas da Anvisa - Alvará sanitário - Manutenção. TRF 2ª R- Apelação Cível – Turma Espec. II - Tributário Nº CNJ: 0012496-71.2018.4.02.5001 (2018.50.01.012496-2). Relatora: Leticia de Santis Mello. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.146, p. 140-145, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Mandado de segurança - Procedimento administrativo fiscal - Lei nº 11.457/2007 - 360 dias - Duração razoável do processo - Observância do princípio da eficiência da administração pública - Demora injustificada - Existência de débitos parcelados - Compensação de ofício: impossibilidade - Início da correção monetária - Art. 170-A, CTN. TRF 3ª R- Apelação/Remessa Necessária (1728) nº 5005307-13.2018.4.03.6105. Relator: Paulo Domingues. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.146, p. 146-156, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Tributário - Execução fiscal - Julgamento sob o rito do art. 942 do CPC - Apelação - Conselho profissional - Notificação - Exigência. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5002489-30.2016.4.04.7205/SC. Relator: Rômulo Pizzolatti. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.146, p. 157-164, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Processual civil e tributário - Apelação em mandado de segurança - Extinção por ausência de interesse processual - Afastamento de óbice processual - Configuração do interesse de agir - Teoria da causa madura - Contribuições devidas a título de PIS e de COFINS - Exclusão do valor correspondente ao ICMS da base de cálculo - Controvérsia definida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 574.706/PR - Regime processual geral - Efeitos - sistema de precedentes - Ocorrência de modulação dos efeitos - Obrigatória observância - Compensação - Regramento - Provimento da apelação da parte impetrante. TRF 5ª R- Processo nº 0811676-45.2021.4.05.8100 - Apelação Cível. Relator: Vladimir Souza Carvalho. Revista de Estudos Tributários, São Paulo, v.25, n.146, p. 165-174, jul./ago. 2022. ISSN 1519-1850.

Revista Fórum Justiça do Trabalho, v. 39, n. 463

BARZOTTO, Luciane Cardoso. Recomendação sobre a ética da inteligência artificial da UNESCO e sua aplicação no Judiciário. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.463, p. 11-32, jul. 2022. ISSN 0103-5487.

SEVERO, Valdete Souto. Um futuro para quem? A subjetividade escravagista e a necessidade de resgatar a importância do direito do trabalho. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.463, p. 33-54, jul. 2022. ISSN 0103-5487.

SANTOS, Claudio Araujo Santos dos. É o momento de pensar(mos) e agir(mos) com magnificência!. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.463, p. 55-63, jul. 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Honorários advocatícios em dissídio coletivo. Relatora: Alves Miranda Arantes. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.463, p. 67-72, jul. 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. [Jurisprudência] Agravo de petição - Impenhorabilidade - Bem essencial ao desenvolvimento da atividade econômica - Microempresa - Aplicação teleológica do disposto no artigo 833, V, do CPC. TRT 3ª R- 0000619-44.2013.5.03.0040 AP. Relatora: Adriana Goulart de Sena Orsini. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.463, p. 73-85, jul. 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. [Jurisprudência] Transportador autônomo de cargas - Lei 11.442/2007 - Incompetência da Justiça do Trabalho - ADC nº 48. TRT 4ª R- 0021273-28.2017.5.04.0026 ROT. Relatora: Luciane Cardoso Barzotto. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.463, p. 87-97, jul. 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. [Jurisprudência] Homologação de acordo extrajudicial - Quitação geral - Não cabimento. TRT 10ª R- 0000603-71.2021.5.10.0022 ROT. Relator: João Luís Rocha Sampaio. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.463, p. 99-105, jul. 2022. ISSN 0103-5487.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. [Jurisprudência] Doença ocupacional - Covid-19 - Responsabilidade civil. TRT 12ª R- 0000976-37.2021.5.12.0058. Relator: Quézia de Araújo Duarte Nieves Gonzalez. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, v.39, n.463, p. 107-135, jul. 2022. ISSN 0103-5487.

Revista Jurídica, v.72, n.537

MAZZEI, Rodrigo; GONÇALVES, Tiago Figueiredo. Breves notas sobre o procedimento da ação de exigir contas e suas técnicas. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.537, p. 9-30, jul. 2022. ISSN 0103-3379.

ARAÚJO, José Henrique Mouta; LEMOS, Vinicius Silva. O sistema de carga probatória no processo civil brasileiro: observações necessárias. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.537, p. 31-57, jul. 2022. ISSN 0103-3379.

LEITE, Gisele. Considerações sobre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a formação de precedentes judiciais no Brasil. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.537, p. 59-107, jul. 2022. ISSN 0103-3379.

LIMA, Vanderlei de; RACORTI, Valmor Saraiva. Psicopata e autor de ataque ativo: prevenções, ações e alertas à população, aos operadores do direito e aos legisladores. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.537, p. 109-126, jul. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo interno - Homologação de sentença estrangeira - Canadá - Guarda de criança concedida ao pai - Ação judicial posterior, com trânsito em julgado, na jurisdição brasileira - Dispositivos em conflito - Sentença estrangeira - Não homologada - Multa - Não aplicação - Agravo interno a que se nega provimento. STJ - AgInt na Sentença Estrangeira Contestada nº 6362 – EX (2011/0208024-7). Relator: Jorge Mussi. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.537, p. 127-138, jul. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo interno no conflito positivo de competência – Deferimento de recuperação judicial – Medidas de constrição sobre o patrimônio da empresa recuperanda – Crédito extraconcursal – Competência do juízo da recuperação judicial para exercer o controle dos atos de constrição – Pedido liminar deferido – Agravo interno improvido. STJ - AgInt no Conflito de Competência nº 186181 – PE (2022/0048330-6). Relator: Marco Aurélio Bellizze. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.537, p. 139-147, jul. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo interno no recurso especial – Ação desconstitutiva (resolução de contrato de arrendamento rural) C/C reintegração de posse e pedido condenatório (indenização por danos patrimoniais e extrapatrimoniais) – Interposição contra acórdão unânime deste órgão fracionário, em que se deu provimento ao apelo extremo, a fim de declarar a ilegitimidade ativa do recorrido – Insurgência do autor da demanda. STJ - AgInt no Recurso Especial nº 1237567 – MT (2011/0026377-9). Relator: Marco Buzzi. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.537, p. 149-161, jul. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Agravo regimental em Habeas Corpus – Crime de duplicata simulada – Competência da justiça estadual – Reexame da matéria – Via processual inadequada – Precedentes. STF - AgRg no Habeas Corpus nº 214.461/São Paulo. Relator: Alexandre de Moraes. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.537, p. 181-186, jul. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Processual penal – Habeas Corpus – Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva de ofício – Impossibilidade – Manifestação posterior do Ministério Público – Saneamento da irregularidade formal – Substituição da custódia preventiva por cautelares diversas – Legalidade. TRF 1ª R - Habeas Corpus Criminal (307) nº 1011610-11.2022.4.01.0000. Relator: Pablo Zuniga Dourado. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.537, p. 187-192, jul. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Penal – Sonegação de contribuição previdenciária – Art. 337-a, do Código Penal – Autoria e materialidade comprovadas – Reforma da sentença. TRF 2ª R - Apelação Criminal nº 0500164-78.2015.4.02.5111/RJ. Relator: Paulo Cesar Morais Espirito Santo. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.537, p. 193-196, jul. 2022. ISSN 0103-3379.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Penal e processual penal – Crime do art. 297, § 3º, II, do CP – Inserção de vínculo empregatício falso em CTPS – Atipicidade da conduta – Inocorrência – Erro de proibição – Não constatação – Materialidade, autoria e dolo comprovados – Condenação mantida – Desprovimento. TRF 4ª R - Apelação Criminal nº 5006704-72.2018.4.04.7110/RS. Relator: Nivaldo Brunoni. Revista Jurídica, São Paulo, v.72, n.537, p. 197-214, jul. 2022. ISSN 0103-3379.

Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, v. 17, n. 102

BORGES, Patrícia Lobo da Rosa; CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. A tutela do direito de moradia durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) e seus desafios. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, v.17, n.102, p. 5-21, jun./jul. 2022. ISSN 1809-0125.

LEUZINGER, Márcia; ALAMY, Marcos André. Abastecimento de água potável e os riscos decorrentes das crises hídricas no Brasil. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, v.17, n.102, p. 22-35, jun./jul. 2022. ISSN 1809-0125.

CREMASCO, Fabiana Mori; PINHEIRO, Ana Claudia Duarte. Preservação ambiental: a implementação do IPTU verde. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, v.17, n.102, p. 36-49, jun./jul. 2022. ISSN 1809-0125.

GOMES, Ana Maria Isar dos Santos. Direito urbanístico e direito econômico: uma proposta de articulação a partir do método analítico-substancial. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, v.17, n.102, p. 50-73, jun./jul. 2022. ISSN 1809-0125.

ROCHA, Antonio Benda da; CARDOSO NETO, Nicolau. Mobilidade sustentável: um debate sobre a poluição veicular atmosférica e sonora, a partir da perspectiva teórica de Amartya Sen. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, v.17, n.102, p. 74-93, jun./jul. 2022. ISSN 1809-0125.

MARTINS, Juliana Bruschi; SILVA, Gabriel de Oliveira. Programa de conversão de multas no processo sancionador ambiental federal. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, v.17, n.102, p. 94-107, jun./jul. 2022. ISSN 1809-0125.

SANTOS, Denise Tanaka dos. Reflexões sobre os direitos da natureza e sobre a Opinião consultiva nº 23, à luz da evolução jurisprudencial da corte interamericana de direitos humanos. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, v.17, n.102, p. 108-126, jun./jul. 2022. ISSN 1809-0125.

SOUZA, Adriano Stanley Rocha et al. A responsabilidade extracontratual do estado pelos danos ambientais e econômicos causados pela obsolescência programada. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, v.17, n.102, p. 127-149, jun./jul. 2022. ISSN 1809-0125.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Ação civil pública - Sítio arqueológico - Demarcação - Astreintes mantidas - Impossibilidade de imposição direta ao agente público - Tutela recursal parcialmente deferida - Embargos de declaração prejudicados. TRF 4ª R - Agravo De Instrumento nº 5042033-33.2021.4.04.0000 Santa Catarina. Relatora: Vânia Hack de Almeida. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, v.17, n.102, p. 150-159, jun./jul. 2022. ISSN 1809-0125.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. [Jurisprudência] Ação civil pública - Conservação do patrimônio histórico e cultural - Tombamento - Proteção constitucional - Obras de manutenção e restauração - Sentença Confirmada. TJMG - Reexame Necessário nº 0038747-61.2011.8.13.0045. Relator: Carlos Levenhagen. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, v.17, n.102, p. 160-165, jun./jul. 2022. ISSN 1809-0125.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. [Jurisprudência] Ação civil pública - Proteção do patrimônio público - Bem de valor histórico, cultural e ambiental - Danos morais coletivos. TJMG - Apelação Cível/Remessa Necessária nº 5002765-97.2016.8.13.0699. Relator: Carlos Henrique Perpétuo Braga. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico, Porto Alegre, v.17, n.102, p. 166-202, jun./jul. 2022. ISSN 1809-0125.

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, v. 19, n. 109

BRANDÃO, Débora. Previdência privada e a incomunicabilidade dos valores depositados para fins de partilha de bens no divórcio. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.109, p. 5-22, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0930.

MAZZEI, Rodrigo; LIMA, Jéssica Mendes de. Inventário extrajudicial e as alterações introduzidas pela resolução nº 452/2022 do CNJ: primeiras impressões e algumas reflexões necessárias. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.109, p. 23-46, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0930.

RODOVALHO, Thiago; PINTO, Bruno Reis; GIALLUCA, Alexandre Cotrim. A relação entre políticas públicas e o direito fundamental à liberdade religiosa: um possível diálogo entre direito ao desenvolvimento e a tolerância Rawlsiana. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.109, p. 47-59, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0930.

CUNHA, Guilherme Antunes da; CHAGAS, Isabelle Fraga das. Desafios dos E-Commerce na adequação à LGPD. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.109, p. 60-82, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0930.

SÁ, Priscila Zeni de; ALVES, Ana Carolina; FÁVERO, Andressa Jordana. A mediação e a conciliação como ferramenta de tratamento do superendividamento: uma análise a partir dos institutos apresentados pela Lei nº 14.181/2021. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.109, p. 83-92, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0930.

COSTA, Rogério Monteles da; AMORIM, Vanessa de Oliveira; MELO, Márcio Rodrigues. A inteligência artificial no processo: dilemas do juiz algoritmo. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.109, p. 93-109, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0930.

ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. O Ministério Público e a representação adequada nas ações coletivas. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.109, p. 110-127, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0930.

OKU, Enio Nakamura. Apontamentos sobre o interesse recursal segundo o sistema processual instituído pelo Código de Processo Civil de 2015. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.109, p. 128-152, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0930.

BIZARRIA, Juliana Carolina Frutuoso. A vinculatividade da decisão do STF no Recurso Extraordinário não repetitivo. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.109, p. 153-163, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0930.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Usucapião extraordinária - Herança - Bem imóvel que compõe o espólio - Posse de um dos herdeiros - Possibilidade - Legitimidade e interesse de agir. STJ- Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.840.023. Relator: Luis Felipe Salomão. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.109, p. 164-168, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0930.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Ação de obrigação de fazer - Apresentação de documentos para formalização de compra e venda de imóvel - Cabimento de recurso adesivo - Interesse recursal. STJ- Recurso Especial nº 1.854.670. Relator: Paulo de Tarso Sanseverino. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.109, p. 178-191, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0930.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Ação de usucapião extraordinária - Fração ideal de imóveis de copropriedade dos cônjuges - Dissolução do matrimônio, sem a realização de partilha - Bens que se regem pelo instituto do condomínio - Posse indireta e exclusiva da ex-esposa sobre a fração ideal pertencente ao casal dos imóveis descritos na exordial - Percebimento de aluguéis com exclusividade pela ex-esposa - Ausência de oposição do seu ex-cônjuge e de reivindicação de qualquer dos frutos que lhe eram devidos - Lapso temporal transcorrido suficiente à aquisição da propriedade - Procedência da usucapião extraordinária - Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. STJ- Recurso Especial nº 1.840.561. Relator: Marco Aurélio Bellizze. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, Porto Alegre, v.19, n.109, p. 192-204, jul./ago. 2022. ISSN 1807-0930.

Revista Síntese Direito Administrativo, v.17, n.200

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. A nova Lei de Improbidade Administrativa e o reflexo no âmbito do direito eleitoral. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 9-19, ago. 2022. ISSN 21791651.

ROMANO, Rogério Tadeu. Apontamentos sobre o domicílio civil e eleitoral. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 20-28, ago. 2022. ISSN 21791651.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. Organizações sociais e despesas com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 29-37, ago. 2022. ISSN 21791651.

ARAÚJO, Alan Pereira de. O poder de polícia e a taxa de fiscalização da Agência Nacional de Aviação Civil. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 38-72, ago. 2022. ISSN 21791651.

DIAS, Emanuely Terra; MOREIRA, Gisele Aparecida Martins; RANGEL, Tauã Lima Verdan. "Vai passar uma boiada": pensar o mínimo existencial socioambiental e a vedação à proteção insuficiente dos direitos fundamentais. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 73-85, ago. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Administrativo e processual civil - Embargos de declaração - Improbidade - Art. 11 da Lei nº 8.429/1992 - Nepotismo - Ocorrência - Reexame do conjunto fático-probatório - Súmula nº 7/STJ - Divergência jurisprudencial. STJ- EDcl-EDcl-AgInt no Recurso Especial nº 1940565. Relator: Herman Benjamin. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 97-106, ago. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Improbidade administrativa - Acordo - Art. 17, § 1º, da Lei nº 8.429/1992, na redação da Lei nº 13.964/2019 - Papel do Judiciário na homologação da avença - Controle dos requisitos formais e do próprio conteúdo da autocomposição. STJ- Acordo no Agravo em Recurso Especial nº 1.570.781 - RS (2019/0251651-3). Relator: Herman Benjamin. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 107-123, ago. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Apelação - Previdenciário - Requerimento administrativo - Demora injustificada na apreciação do requerimento - Prazo superior a 04 (quatro) meses entre o protocolo administrativo e a impetração da mandado de segurança - Princípios constitucionais da eficiência e da razoável duração do procedimento administrativo - violação configurada - Sentença mantida. TRF 1ª R- Processo: 1057123-21.2021.4.01.3400. Relator: Cesar Cintra Jatahy Fonseca. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 124-132, ago. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Processual civil - Administrativo - Mandado de segurança - Militar - Temporário - Discricionariedade - Ausência de estabilidade decenal - Apelação improvida. TRF 2ª R- Apelação Cível nº 0076870-87.2018.4.02.5101/RJ. Relator: Alcides Martins. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 133-141, ago. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Administrativo e processual civil - Auto infracional de trânsito - Presunção juris tantum - Ônus de prova do cidadão - Não comprovação - Viatura descaracterizada - Possibilidade - Apelação não provida. TRF 3ª R- Apelação Cível (198) nº 0000662-84.2016.4.03.6142. Relatora: Marli Ferreira. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 142-152, ago. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Processual civil - Apelação - Ação ordinária - Inscrição em cadastros restritivos de crédito - SIAFI/CAUC- Tomada de contas especial - Ex-gestores - Competência - Pagamento pelo município das dívidas que originaram a inscrição no SIAFI/CAUC - Perda de objeto da ação - Verificada - Efeitos da sucumbência atribuída ao inexistente no feito. TRF 4ª R- Apelação Cível nº 5016522-20.2019.4.04.7108/RS. Relator: Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 153-170, ago. 2022. ISSN 21791651.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Administrativo - Anulação de multa - ANS - Resolução normativa nº 338/2013 - Negativa de cobertura de procedimento de transplante renal - Valor R\$ 88.000,00 - Sentença de improcedência - Apelação improvida. TRF 5ª R- PJE 0806529-43.2018.4.05.8100 Apelação Cível. Relator: Paulo Cordeiro. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 171-189, ago. 2022. ISSN 21791651.

CREUZ, Luís Rodolfo Cruz e. Transformação da ANPD em autarquia de natureza especial e a Medida Provisória nº 1.124/2022: norma aguardada vem cumprir determinação da própria LGPD. Revista Síntese Direito Administrativo, São Paulo, v.17, n.200, p. 220-223, ago. 2022. ISSN 21791651.

Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, v.33, n.398

DELGADO, Mauricio Godinho. O sindicalismo no sistema capitalista e na democracia: papel estrutural. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 9-33, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

COSTA, Caio Flávio de Albuquerque; NELSON, Rocco Antônio Rangel Rosso. Acidente de trabalho de trajeto: responsabilidade do empregador x boa-fé do empregado. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 34-57, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

MARTINS, Bruno Sá Freire. Prescrição e decadência das contribuições previdenciárias patronais nos regimes próprios. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 58-71, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

CREMONINI, Júlia Maria Fabrini Melo. Lei da aprendizagem: uma aliada na inserção social e na erradicação do trabalho infantil. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 72-83, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

ANDRADE, Tiago Valadares. Alterações da lei da liberdade econômica no âmbito trabalhista. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 84-90, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. [Jurisprudência] Recurso ordinário em ação rescisória – Trânsito em julgado da decisão rescindenda e ajuizamento da ação ocorrido na vigência do Código de Processo Civil de 1973 – Prejudicial rejeitada no tribunal de origem – Renovação em contrarrazões – Não conhecimento. TST - Processo nº TST-RO-498-82.2013.5.05.0000. Relator: Amaury Rodrigues Pinto Junior. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 91-102, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo interno no recurso extraordinário – Direito processual – Dispensa de empregado público por não aprovação em estágio probatório – Consolidação das leis trabalhistas – Ação judicial para a discussão de verbas trabalhistas e do processo de desligamento – Competência – Tema 606/STF – Sobrestamento do feito – Recurso não provido. STJ - AgInt-EDcl-RE-EDcl-AgInt no Conflito de Competência nº 171813 – ES (2020/0094617-7). Relator: Jorge Mussi. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 103-108, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. [Jurisprudência] Agravo interno no recurso extraordinário com agravo – Direito previdenciário – Pensão por morte – Revisão do benefício – Decadência – Tema 445 da repercussão geral – Inaplicabilidade ao caso – Legislação infraconstitucional – Ofensa reflexa – Fatos e provas – Reexame – Impossibilidade – Precedentes – Agravo interno desprovido. STF - AgRg no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.369.097. Relator: Luiz Fux. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 129-134, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Agravo interno – Recurso extraordinário – Negativa de seguimento – Previdenciário – Pensão por morte – Rateio entre a concubina e a viúva – Convivência simultânea – Concubinato e casamento – Impossibilidade – Acórdão recorrido em conformidade com o entendimento da suprema corte – Tema 526/STF – Desprovemento do reclamo. STJ - AgInt-RE-EDcl-AgRg no Agravo de Instrumento nº 1424071 – RO (2011/0166255-6). Relator: Jorge Mussi. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 135-143, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Jurisprudência] Processual civil e previdenciário – Agravo interno no agravo em recurso especial – Aposentadoria por invalidez – Concessão judicial – Trânsito em julgado – Cancelamento administrativo – Impossibilidade – Necessidade de ação revisional – Alegada necessidade de sobrestamento do feito – Matéria diversa do tema em Repercussão Geral nº 1.196/STF – Agravo interno desprovido. STJ - AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 1942110 – SP (2021/0247422-7). Relator: Manoel Erhardt. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 144-148, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. [Jurisprudência] Embargos de declaração no agravo de instrumento – Erro material – Acórdão anulado – Vício sanado – Prosseguimento no julgamento – Agravo de instrumento – Previdenciário – Revisão aposentadoria por idade – RMI – Fator previdenciário proporcional – Recurso improvido – Embargos de declaração do INSS acolhidos para corrigir o erro material, anulando o acórdão embargado, e prosseguindo no julgamento negar provimento ao agravo de instrumento. TRF 1ª R - Processo: 1034702-23.2019.4.01.0000. Relator: César Jatahy. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 149-156, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. [Jurisprudência] Previdenciário – Apelação do autor – Revisão da renda mensal inicial – Ausência de ilegalidade do índice aplicado sobre o salário de benefício na RMI de aposentadoria proporcional – Ausência de ilegalidade e inconstitucionalidade do fator previdenciário – Manutenção da sentença – Desprovemento do recurso. TRF 2ª R - Apelação Cível nº 0000265-84.2015.4.02.5108/RJ. Relator: Gustavo Arruda Macedo. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 157-161, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. [Jurisprudência] Previdenciário – Aposentadoria por idade híbrida – Recurso da autora e INSS – Tempo rural remoto – Ausência de conjunto probatório de labor campesino em regime de economia familiar – Contribuinte facultativa de baixa renda – Validação dos períodos no cadúnico não comprovada – Cômputo dos períodos de gozo de auxílio-doença intercalados com contribuições recolhidas para efeito de carência – Não preenchimento da carência necessária – Manutenção do julgamento – Art. 46 da Lei nº 9.099/1995, combinado com o art. 1º da Lei nº 10.259/2001 – Negado provimento ao recurso da autora e INSS. TRF 3ª R - Recurso Inominado Cível (460) nº 0000160-32.2021.4.03.6317. Relator: 7º Juiz Federal da 3ª TR/SP. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 162-178, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. [Jurisprudência] Administrativo – Apelação – Processual civil – Ação regressiva proposta pelo INSS – Acidente de trabalho – Art. 120 da Lei nº 8.213/1991 – Possibilidade – Trabalhador rural – Lei nº 5.889/1973 – Direito de agir – Reconhecido – Negligência do empregador – Confirmada – Juros a contar do evento danoso – Honorários recursais devidos – Juros de 1% a contar do evento danoso – Devidos – Inconstitucionalidade dos arts. 27 a 36 da Lei nº 13.327/2016 – Rechaçada. TRF 4ª R - Apelação Cível nº 5001252-90.2018.4.04.7010/PR. Relator: Luís Alberto D’Azevedo Aurvalle. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 179-202, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 5ª Região. [Jurisprudência] Constitucional – Previdenciário – Restabelecimento – Benefícios por incapacidade em razão de doença com nexo causal com o ambiente de trabalho – Incompetência justiça federal – Extinção do processo sem julgamento de mérito – Art. 485, IV do CPC. TRF 5ª R - Processo nº 0801403-66.2019.4.05.8103 – Apelação Cível. Relatora: Fernando Braga Damasceno. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 203-207, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Medidas de proteção ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega: Lei nº 14.297/2022. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 218-222, ago. 2022. ISSN 1519-1834.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. Medida provisória nº 1.113: alterações nos Benefícios por Incapacidade. Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária, São Paulo, v.33, n.398, p. 223-227, ago. 2022. ISSN 1519-1834.